



INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS BENEDITO BENTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

JACQUELINE GOMES

PROJETOS DE EXTENSÃO: APORTE PARA A FORMAÇÃO HUMANA
INTEGRAL

MACEIÓ
2025

JACQUELINE GOMES

PROJETOS DE EXTENSÃO: APORTE PARA A FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica

Linha de Pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) (Linha 2).

Macroprojeto: Organização de espaços pedagógicos na EPT (Macroprojeto 6).

Orientador: Prof. Dr. Fábio Francisco de Almeida Castilho

Aprovado em 23 de maio de 2025

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



FABIO FRANCISCO DE ALMEIDA CASTILHO

Data: 26/05/2025 09:31:32-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Fábio Francisco de Almeida Castilho

Presidente e Orientador ProfEPT/Ifal

Documento assinado digitalmente



CRISTIANE BRITO MACHADO

Data: 31/07/2025 11:44:48-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. Dra. Cristiane Brito Machado

Membro Interno - ProfEPT/Ifbaiano

Documento assinado digitalmente



SANADIA GAMA DOS SANTOS

Data: 03/06/2025 20:27:07-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. Dra. Dra. Sanádia Gama dos Santos

Membro Externo – Uneal



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal de Alagoas
Campus Avançado Benedito Bentes
Biblioteca

370

G633p

Gomes, Jacqueline.

Projetos de extensão: aporte para a formação humana integral / Jacqueline Gomes. – 2025.

76 f. : il.

Orientação: Prof. Dr. Fábio Francisco de Almeida Castilho.

Dissertação - (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) Instituto Federal de Alagoas, Campus Avançado Benedito Bentes, Maceió, 2025.

1. Educação Profissional Tecnológica. 2. Formação Humana Integral. 3. Extensão.
I. Título.

Fernanda Isis Correia da Silva / Bibliotecária - CRB-4/1796

Dissertação intitulada **PROJETOS DE EXTENSÃO: APORTE PARA A FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL**, elaborada por **Jacqueline Gomes** e apresentada, publicamente perante a Banca Examinadora, como requisito para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica pelo Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Alagoas (IFAL), na área de concentração Educação Profissional e Tecnológica (EPT), linha Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT.

Aprovado em 23 de maio de 2025

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos Técnicos em Assuntos Educacionais nos Institutos Federais de Educação, profissionais indispensáveis para a gestão pedagógica e articulação dos processos educativos na Educação Profissional e Tecnológica.

AGRADECIMENTOS

Nenhuma atividade é realizada sem a presença de colaboradores, mesmo quando alguns nem se dão conta da sua cota de contribuição. Por isso essa etapa de minha formação acadêmica foi uma experiência permeada por gratidão.

Agradeço a minha família por todo apoio e compreensão, especialmente a meu filho que muitas vezes tem sido a razão do meu caminhar.

Agradeço a meu orientador Prof. Fábio Castilho, sempre gentil e solícito desde o início dessa jornada, que com muito respeito me incentivou a buscar o melhor desempenho e os melhores resultados.

Agradeço a Coordenação e professores do ProfEPT no IFAL, e aos colegas da minha turma, que na caminhada se tornaram amigas e amigos.

Um carinhoso agradecimento às professoras Cristiane Brito (IF Baiano) e Sanadia Gama (UNEAL), pela imensa contribuição e pela firmeza respeitosa ao apontar os pontos a melhorar.

Agradeço a Altemir João Secco, que despertou em mim o interesse pela Extensão. Nossas conversas sobre evasão nos Cursos de Extensão e a eficiência acadêmica no IFAL, ao tempo que me instigaram a trabalhar buscando soluções, também me animaram a tentar entender melhor e a buscar saber mais sobre as práticas extensionistas. Posso dizer que foi assim que essa pesquisa iniciou.

Agradeço aos estudantes e servidores extensionistas no IFAL, que com muita dedicação tornam possível a realização, e algumas vezes a continuidade, dos Projetos de Extensão. Vocês são fonte de inspiração e motivação para meu trabalho na CPPE/Proex.

Agradeço aos Coordenadores de Extensão no IFAL, sempre disponíveis e colaborativos. Em especial aos colegas Antonio Carlos Silva dos Santos, Fabiano Duarte Machado, José Marcos da Silva e Pablo Pinheiro pelo acolhimento que recebi em relação a esta pesquisa.

Agradeço aos colegas na Proex que me apoiaram, incentivaram e contribuíram para que essa pesquisa pudesse ser realizada.

Agradeço aos amigos que são parte da minha vida, e aos que encontrei na trajetória da Extensão, especialmente Heráclito Júnior e Verônica Medeiros Lopes.

Por fim agradeço as minhas plantas, que se adaptaram a um novo esquema de rega e de cuidados, para que eu pudesse dedicar tempo ao mestrado.

“Peço licença para soletrar, no alfabeto do sol
pernambucano, a palavra ti-jo-lo, por exemplo, e
poder ver que dentro dela vivem paredes,
aconchegos e janelas...”

Peço licença para terminar soletrando a canção de
rebeldia que existe nos fonemas da alegria:
canção de amor geral que eu vi crescer nos olhos do
homem que aprendeu a ler.”

Thiago de Mello
Santiago do Chile,
verão de 1964.

RESUMO

Esta pesquisa proporciona uma reflexão acerca da contribuição dos Projetos de Extensão para a formação humana integral, tendo em vista que a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão é um dos princípios filosóficos e técnico-metodológicos que norteiam as práticas acadêmicas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL). O objetivo geral foi analisar a participação de estudantes e servidores do IFAL em Projetos de Extensão, numa concepção de educação profissional e tecnológica humana integral, que promova a inclusão, o desenvolvimento da criatividade e a autonomia dos estudantes, bem como o aproveitamento dos espaços formativos e das práticas integradas, a partir da perspectiva de Extensão como dimensão formativa. Foi utilizada metodologia de natureza qualitativa, do tipo pesquisa-ação colaborativa, conforme Ivana Maria Lopes de Melo Ibiapina (2008) e Laurence Bardin (2011). Como instrumentos para obtenção de dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 35 pessoas no contexto de diferentes territórios de abrangência do IFAL, com base nos pressupostos da teoria histórico crítica, segundo Odilon Roble (2012) e Paul Thompson (1998). Além disso, foi efetuado um levantamento de dados relacionados à Extensão do período de 2019 a 2025 no IFAL e a análise documental do PDI, do PPPI e alguns normativos institucionais. Desta pesquisa resultou um Produto Educacional (PE). O PE é um Diário do Extensionista com a finalidade de sensibilizar os alunos do IFAL para a importância da participação em Projetos de Extensão para a sua formação, por meio da voz dos participantes da pesquisa, estudantes e servidores extensionistas. Outrossim, este PE poderá subsidiar gestores, coordenadores de Extensão nas unidades de ensino e orientadores de Projetos de Extensão em relação às atividades extensionistas, e ainda ser aplicado em outras instituições de ensino, principalmente na Rede Federal de Educação.

Palavras-Chave: Extensão. Educação Profissional e Tecnológica. Formação Humana Integral.

SUMMARY

This research provides a reflection on the contribution of Extension Projects to integral human education, bearing in mind that the inseparability between Teaching, Research and Extension is one of the philosophical and technical-methodological principles that guide academic practices at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Alagoas (IFAL). The general objective was to analyze the participation of IFAL students and staff in Extension Projects, in a conception of integral human professional and technological education, which promotes inclusion, the development of students' creativity and autonomy and also the use of other training spaces and integrated practices, from the perspective of Extension as a training dimension. The methodology used was qualitative, collaborative action research, according to Ivana Maria Lopes de Melo Ibiapina (2008) and Laurence Bardin (2011). Semi-structured interviews were carried out with 35 people in the context of different territories covered by IFAL, based on the assumptions of critical historical theory, according to Odilon Roble (2012) and Paul Thompson (1998). In addition, a survey was carried out of data related to Extension from 2019 to 2025 at IFAL and a documentary analysis of the PDI, PPPI and some institutional regulations. This research resulted in an Educational Product (EP). The EP is an Extension Worker's Diary based on the speeches of the participants, students and extension workers, with the aim of sensitizing IFAL students to the importance of participating in Extension Projects for their education. Furthermore, this EP will be able to subsidize managers, extension coordinators in the teaching units, extension project supervisors and teachers in Integrated High School Technical courses in relation to extension activities, and be applied in other educational institutions.

Keywords: Extension. Professional and Technological Education. Integral Human Formation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Alagoas destacando as unidades de ensino do IFAL	32
Figura 2 - Capa do Produto Educacional.....	59
Figura 3 - Páginas 11 e 28 do Produto Educacional.....	63
Figura 4 - Página 40 e Contracapa do Produto Educacional.....	65

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Total de Projetos de Extensão realizados, de 2019 a 2024.....	37
Gráfico 2 - Projetos de Extensão realizados, por área temática, de 2019 a 2024	37
Gráfico 3 - Estudantes Bolsistas e Voluntários, de 2019 a 2024	39

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Pesquisas localizadas sobre o tema, no período de 2019 a 2024.....	16
Quadro 2 - Projetos de Extensão no IFAL, por área temática, de 2019 a 2024.....	36
Quadro 3 - Estudantes do IFAL em Projetos de Extensão, de 2019 a 2024	38
Quadro 4 - Valor total de bolsas custeadas pela Proex/IFAL, em Reais (R\$), para Programas e Projetos de Extensão no período de 2019 a 2024.....	39
Quadro 5 - Unidades do IFAL por áreas de atuação no território alagoano.....	45
Quadro 6 - Participantes na pesquisa - Estudantes	47
Quadro 7 - Participantes na pesquisa - Servidoras/es.....	50
Quadro 8 - Nomes fictícios dos participantes na pesquisa.....	57
Quadro 9 - Programas ECOSOL, Mulheres Empreendedoras e PEAFF, no período de 2022 a 2024.....	69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP - Abordagem Centrada na Pessoa
ADUFC - Seção Sindical dos(as) Docentes das Universidades Federais do Estado do Ceará
AMAJE - Associação de Mulheres em Ação de Jequiá da Praia
AMMPLA - Associação de Mulheres Muquequeiras e Pescadoras de Lagoa Azeda
ASBARQUES - Associação dos Barqueiros de Jequiá da Praia
BDTD - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CEFETs - Centros Federais de Educação Tecnológica.
CEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPC - Centro Popular de Cultura
CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea
CPPE - Coordenação de Programas e Projetos de Extensão
DIREAD - Diretoria de Educação a Distância
ECOSOL - Economia Solidária
EJA - Educação de Jovens e Adultos
EMATER - Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
EPT - Educação Profissional e Tecnológica
FGV - Fundação Getulio Vargas
FORPROEX - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IFAC - Instituto Federal do Acre
IFAL - Instituto Federal de Alagoas
IFAM - Instituto Federal do Amazonas
IFB - Instituto Federal de Brasília
IFBA - Instituto Federal da Bahia
IFBAIANO - Instituto Federal Baiano
IFMS - Instituto Federal de Mato Grosso do Sul
IFPE - Instituto Federal de Pernambuco
IFSC - Instituto Federal de Santa Catarina

IFSUDESTEMG - Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOA - Lei Orçamentária Anual
MCP - Movimento de Cultural Popular
MEB - Movimento de Educação de Base
MEC - Ministérios da Educação e Cultura
MMC-AL - Movimento de Mulheres Camponesas de Alagoas
MSL - Mapeamento Sistemático da Literatura
NAPNE - Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas
PAIS - Produção Agroecológica Integrada e Sustentável
PartiuIF - Programa Nacional de Promoção de Igualdade de Oportunidades para Acesso de Estudantes da Rede Pública de Ensino à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PE - Produto Educacional
PEAF - Programa de Extensão Agricultura Familiar
PEIC - Prática Extensionista Integrada ao Currículo
PIT - Plano Individual de Trabalho
PNE - Plano Nacional de Educação
PPC - Projeto Pedagógico de Curso
PPPI - Projeto Político Pedagógico Institucional
PROEX - Pró-reitoria de Extensão
ProfEPT - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
PRPPI - Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do IFAL
RESEX - Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá
RFEPCT - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial,
SENAI - Serviço Nacional da Indústria
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
TAE - Técnico Administrativo em Educação
UNE - União Nacional dos Estudantes
UNEAL - Universidade Estadual de Alagoas
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	21
3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - PROCESSO HISTÓRICO.....	25
4 EXTENSÃO E CURRÍCULO NA FORMAÇÃO INTEGRAL.....	28
5 FORMAÇÃO INTEGRAL E EXTENSÃO NO IFAL.....	32
6 UNIVERSO PARTICIPANTE.....	44
6.1 O olhar dos discentes extensionistas.....	47
6.2 As percepções dos servidores extensionistas.....	50
6.3 Comum aos dois grupos de participantes.....	54
7 PRODUTO EDUCACIONAL.....	56
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
REFERÊNCIAS.....	73
Apêndice A: Entrevista semiestruturada para estudantes bolsistas ou voluntários participantes em projetos de extensão.....	75
Apêndice B: Entrevista semiestruturada para servidores participantes em projetos de extensão.....	76

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho promove uma reflexão acerca da importância da Extensão para a formação dos estudantes, dentro de uma perspectiva de educação profissional e tecnológica humana e integral. Assim, teve como principal objetivo a análise da participação de estudantes e servidores em Projetos de Extensão, vinculados ou não a Programas Institucionais de Extensão, desenvolvidos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL).

Dessa forma, esta pesquisa tem aderência à linha “Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)”, do ProfEPT, pois trata da organização do espaço pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica, considerando as práticas extensionistas como estratégias transversais e interdisciplinares constituindo a formação integral, e ao Macroprojeto 6 - Organização de espaços pedagógicos na EPT, por trazer questões relacionadas à organização e planejamento de espaços pedagógicos da Extensão, da gestão da EPT, e de suas interlocuções com o mundo do trabalho e os movimentos sociais.

O interesse pelo tema está relacionado com a minha trajetória profissional. Atuando na Rede Federal de Educação como Técnica em Assuntos Educacionais, há 15 anos, reconheço a relevância de um currículo integrado para o cumprimento do papel social de uma instituição pública de educação que atenda aos interesses da sociedade. A partir de 2018 passei a trabalhar na Pró-reitoria de Extensão, estando atualmente na função de Coordenadora de Programas e Projetos de Extensão, o que me possibilitou uma visão mais ampla a respeito da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão e de sua importância para a educação humana integral, voltada às necessidades crescentes das populações nos aspectos social, cultural, ecológico, ambiental, econômico, territorial e político. Já a metodologia adotada está relacionada a minha formação acadêmica em História.

Justifica-se a importância dessa pesquisa partindo do levantamento bibliográfico, do período de 2019 a 2024, realizado pelo Mapeamento Sistemático da Literatura (MSL), nas bases de dados Observatório ProfEPT e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), buscando dissertações, artigos de periódicos, livros, teses e reusos relacionados ao tema da pesquisa. Usando o termo Extensão, foram localizadas 148 dissertações. Entretanto, quando considerados os termos “itinerário formativo”, “formação do estudante” ou “Ensino Médio”, restaram apenas 12

trabalhos (ver Quadro 1), que abordam o tema com os seguintes recortes: Extensão e educação politécnica; Extensão e interação dialógica; Extensão e a formação para a cidadania; Extensão e a formação omnilateral; Extensão no Ensino Médio; Extensão e a formação integral.

Quadro 1 - Pesquisas localizadas sobre o tema, no período de 2019 a 2024

Título	Ano	Autor/a	Instituição
A EXTENSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS: CONTRIBUIÇÕES PARA FORMAÇÃO INTEGRAL DOS ESTUDANTES	2020	Kelly Medeiros de Oliveira Barbosa	IFAL
EXTENSÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO DO IFAM: FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL E REFLEXO SOCIAL	2020	Aline Neves Peres	IFAM
A IMPORTÂNCIA DA EXTENSÃO TECNOLÓGICA DESENVOLVIDA PELAS ITCPS PARA A TRAVESSIA RUMO À EDUCAÇÃO POLITÉCNICA	2020	Andre Luis da Silva Santos	IFBA
FORMAÇÃO TÉCNICA E TECNOLOGIAS SOCIAIS: AÇÕES DIALÓGICAS ENTRE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO IFBA CAMPUS SIMÕES FILHO E A ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA GUERREIRO	2021	Adilton Silva Gomes	IFBAIANO
UM OLHAR DISCURSIVO SOBRE A EXTENSÃO E A FORMAÇÃO OMNILATERAL DE ESTUDANTES DO IFPE - CAMPUS PALMARES	2022	Clauberio Nascimento da Silva	IFPE
A EXTENSÃO NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: DESAFIOS DA SUA CONSOLIDAÇÃO NO INSTITUTO FEDERAL DO SUDESTE DE MINAS GERAIS – CAMPUS RIO POMBA	2022	Sandra Aparecida Pinheiro Coelho	IF SUDESTE MG
CONTRIBUIÇÕES DAS AÇÕES DE EXTENSÃO NA FORMAÇÃO DOS EDUCANDOS NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO IFAC	2023	Luana Oliveira de Melo	IFAC
DIALOGICIDADE ENTRE O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO EM AÇÕES DE EXTENSÃO DO PIBEX/IFAM	2023	Keila Neves da Mota	IFAM
EXTENSÃO ACADÊMICA COMO ESPAÇO E PRÁXIS EDUCATIVA DIALÓGICA	2023	Dirceu Luiz Hermann	IFB
PROJETOS DE PESQUISA E DE EXTENSÃO DO IFMS NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL DE SEUS ESTUDANTES	2023	Gisela Silva Suppo	IFMS
A EXTENSÃO COMO INSTRUMENTO DE FORTALECIMENTO DA FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO	2023	Maria Martins Formiga	IFPE
A INTERAÇÃO DIALÓGICA NO DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE EXTENSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA.	2024	Grasiela Lucia de Pinho	IFSC

Fonte: dados do levantamento realizado pela pesquisadora

Na busca menos detalhada, usando apenas o termo “Extensão”, os trabalhos encontrados, por ordem de maior quantidade, estão concentrados nos seguintes aspectos: a Prática Extensionista Integrada ao Currículo nos cursos de graduação, que se tornou obrigatória a partir da meta 12.1 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014/2024), na Lei 13.005/2014 Federal da Presidência da República; a abordagem de assuntos específicos nos Projetos de Extensão, a exemplo de “Educação ambiental em Projetos de Extensão”, “Cinema em Projetos de Extensão”; a indissociabilidade Ensino, Pesquisa e Extensão; o que é Extensão ou como fazer Extensão; permanência e êxito, associado a bolsas (auxílio financeiro).

Analisando as 12 dissertações encontradas na busca mais detalhada, com os termos “itinerário formativo”, “formação do estudante” ou “Ensino Médio”, notamos em todas muitos pontos em comum. Contudo, observamos um diferencial em relação aos participantes da pesquisa, estudantes ou servidores em apenas 6 dessas pesquisas, sendo 2 com estudantes e servidores, 3 apenas com estudantes e 1 apenas com docentes. Em todas com a participação de estudantes estes são bolsistas ou não extensionistas, não sendo observada a participação de estudantes voluntários.

O mesmo ocorre com os produtos educacionais vinculados a estas dissertações. Todos são instrumentos formativos, com orientações técnicas e operacionais a respeito da Extensão, mudando apenas o tipo de produto, sendo vídeo, curso, cartilha, entre outros. Todavia, em nenhum deles foi utilizada a fala dos participantes como elemento principal. Assim, procuramos preencher a lacuna referente à voz do extensionista, com base na escuta atenta às experiências e vivências de cada um dos participantes da pesquisa, para reproduzi-las e transformá-las em um Produto Educacional.

Partindo disso, esse trabalho teve como objetivo geral analisar a participação de estudantes e servidores no IFAL em Projetos de Extensão, numa concepção de educação profissional e tecnológica humana integral. Os objetivos específicos foram: 1. realizar a revisão bibliográfica das bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica e dos princípios da educação humana integral; 2. examinar o papel da Extensão na Educação Profissional no Brasil; 3. analisar documentos como o PDI, o PPPI e alguns normativos no IFAL, buscando a visão institucional sobre a Extensão; 4. efetuar o levantamento de dados institucionais

relacionados à Extensão no período de 2019 a 2024; e 5. elaborar o Produto Educacional (PE).

Participaram da pesquisa 35 pessoas, estudantes e servidores das seguintes unidades do IFAL: Campus Benedito Bentes, Campus Coruripe, Campus Maceió, Campus Maragogi, Campus Marechal Deodoro, Campus Penedo, Campus São Miguel dos Campos, Campus Satuba e Campus Viçosa. Considerando que a Diretoria de Educação a Distância – DIREAD no IFAL é considerada uma unidade para fins de submissão de propostas para Projetos de Extensão, atualmente são 17 unidades proponentes, das quais tivemos participantes em 9, o que corresponde a pouco mais que a metade, em torno de 53% das unidades. Essas unidades representam boa parte do território alagoano.

Desse modo, observando o alinhamento entre as práticas extensionistas desenvolvidas no IFAL e a formação humana integral, a pesquisa está embasada nos pressupostos da pedagogia histórico-crítica, que parte da ideia de articulação entre teoria e prática social para o entendimento da realidade, num movimento marcado pelo contexto histórico e cultural, consoante Odilon Roble (2012, p. 44):

O criticismo é o único que não tem um ponto de referência imutável. Sua prática é fundamentalmente investigativa e sua maior característica é a de estabelecer uma reflexão tanto sobre o objeto do conhecimento como sobre o sujeito que se quer conhecer. Dessa forma, quando se pensa sobre a verdade de modo crítico, leva-se em consideração tanto o fato, como os sujeitos envolvidos; tanto o efeito quanto a causa.

Segundo William Cobern (2012), é inerente ao homem a busca constante pelo conhecimento do mundo ao seu redor, seja ele físico, social ou espiritual. Como consequência dessa busca, os homens estão sempre atribuindo significados e símbolos ao mundo em que vivem e às suas ações, isto é, estão sempre produzindo cultura. Cada cultura, por sua vez, comporta uma interpretação particular da natureza, que constitui um elemento importante da visão de mundo de um povo. Clifford Geertz (1989) define cultura como um sistema de significados e símbolos nos termos dos quais a interação social ocorre. Para este autor, é através da cultura que o homem enxerga o mundo ao seu redor, sempre buscando seu significado. Para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), as culturas podem ser concebidas como os traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos, que caracterizam uma sociedade, ou um grupo social, abrangendo, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de

viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças. “Ao longo da história da educação, podemos perceber que essa dinâmica recíproca entre escola e sociedade se dá de maneiras diferentes, de acordo com o contexto.” (Odilon Roble 2012, p. 29). Diante da complexidade nas relações estabelecidas entre instituição e sociedade nas práticas extensionistas, adotaremos para esta pesquisa o conceito de Cultura assinalado por Raymond Williams (2007, p. 121), como “práticas da atividade intelectual [...] algumas vezes com o acréscimo da filosofia, do saber acadêmico, da história”, uma vez que no diálogo com a sociedade produzimos e reproduzimos cultura.

Outro ponto que norteia esse trabalho é o entendimento de que a permanente articulação entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão se faz necessária para organizar e planejar um currículo integrado abrangente, que tenha embasamento científico e conexão com a realidade concreta.

Diante disso, pensando em um currículo que ultrapasse o espaço escolar, apoiado na visão do papel social da instituição de ensino como conexão com a sociedade, de acordo com José Gimeno Sacristán (2000), e na formação humana integral nas dimensões trabalho, ciência, tecnologia e cultura, que tem por objetivo a autonomia dos estudantes, tendo o trabalho como princípio educativo, surgiu o primeiro questionamento que motivou essa pesquisa: qual a relação das práticas extensionistas no IFAL e o mundo do trabalho?

No que concerne ao trabalho como princípio educativo, Dermeval Saviani (2007, p. 160) declara que “o trabalho orienta e determina o caráter do currículo escolar em função da incorporação dessas exigências na vida da sociedade”. Nesse sentido, as práticas pedagógicas na EPT devem ser inseridas no contexto da prática social, levando em conta suas contradições e as características socioculturais de cada sociedade, ou grupos sociais, tendo o mundo do trabalho papel fundamental nesse contexto. Assim, é essencial pensar uma formação humana na qual conteúdos e métodos, embasados nas teorias educacionais, promovam a emancipação do estudante considerando “o desenvolvimento integral do trabalhador, priorizando a formação de uma consciência crítica, o domínio de princípios científicos e tecnológicos, o desenvolvimento das habilidades sócio afetivas, cognitivas e éticas” (Suzana Burnier, 2007, p. 353). Diante disso, surgiu o segundo questionamento que provocou a realização dessa pesquisa: como a participação em Projeto de Extensão pode contribuir para a formação humana integral dos

estudantes do IFAL?

Assim, com uma abordagem metodológica qualitativa, esta pesquisa considerou a relação dinâmica entre a instituição e a sociedade e o vínculo entre o mundo objetivo e a subjetividade dos participantes da pesquisa. Quanto aos procedimentos, se caracteriza como pesquisa documental, em razão de terem sido analisados o PDI, o PPPI, a Resolução 169/2024 - CONSUP/IFAL e alguns outros normativos. No que se refere ao tipo, é uma pesquisa-ação participante, visto que as entrevistas com os estudantes e servidores extensionistas são a principal fonte de dados, e a eles cabe o protagonismo da pesquisa, além disso traz uma ponderação sobre as atividades extensionistas buscando melhorar a prática pela intervenção na realidade. Outrossim, apresenta características quantitativas, em menor perspectiva, uma vez que dados quantificáveis foram classificados e analisados.

Esta dissertação está organizada em sete seções: 1. referencial teórico, onde consta o embasamento científico; 2. a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, apresentando o processo histórico e as mudanças ocorridas ao longo dos últimos anos; 3. Extensão e currículo na formação integral, discorrendo sobre o processo histórico da Extensão e o seu vínculo com a formação humana integral ao longo desse processo; 4. formação integral e Extensão no IFAL, contextualizando os aspectos regionais e institucionais; 5. universo participante, onde são apresentados os resultados das entrevistas, o olhar dos discentes e dos servidores extensionistas, destacando o que é comum, ou não, aos dois grupos de participantes; 6. Produto Educacional, onde encontra-se informações sobre o formato e a aplicabilidade deste recurso educacional; e 7. Considerações finais, com resultados da pesquisa e algumas inferências reflexivas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta pesquisa tem como embasamento a teoria da educação humanista que trata da formação do “homem integral” ou “desenvolvido em todas as direções”. Uma educação que não se limite a garantir a sobrevivência das filhas e dos filhos dos trabalhadores, mas que promova a superação da situação de subordinação da classe trabalhadora, de acordo com Antonio Gramsci (2016).

Nessa perspectiva, a teoria de Carl Ransom Rogers (1986) sobre a Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), ao considerar como papel da escola contribuir para o desenvolvimento pessoal das capacidades que os alunos possuem, se alinha com o pensamento de educação integral onde o aluno seja capaz de identificar em si mesmo, e no ambiente ao seu redor, a sua própria essência como um ser que cria o espaço e o utiliza.

Ainda na perspectiva da formação humana integral, é preciso considerar o homem na sua totalidade, compreendendo que a sua atuação no mundo envolve diferentes áreas e atividades, sendo tudo isso interligado pela natureza humana de cada indivíduo e também nas manifestações coletivas e sociais. “A relação entre os conceitos de trabalho, ciência, tecnologia e cultura é discutida como unidade é, por isto, esses são designados como conceitos indissociáveis da formação humana”. conforme Marise Nogueira Ramos (2014 p. 11)

Nesse sentido, o trabalho é o atributo humano essencial à criação de si e do mundo em seu entorno. A esse respeito, Dermeval Saviani (2007) ressalta que trabalho e educação fazem parte das características humanas, assim como Marx e Engels que tratam o trabalho como a essência do homem, sendo a capacidade de atender suas necessidades, produzindo sua vida material. Dermeval Saviani trata dos fundamentos histórico-ontológicos da relação trabalho-educação, a partir da potencialização da produção e da apropriação dos meios de produção. Para este autor, a sociedade se divide em classes sociais e isso conduz à divisão da educação, adequando-se ao modo de produção capitalista que separa trabalho manual e intelectual.

Entretanto, a revolução industrial provocou a reorganização das relações sociais e suscitou as tentativas de restabelecer os vínculos entre trabalho e educação. A ciência e seus princípios são aplicados ao processo produtivo. O conceito de politecnia surge como o domínio dos fundamentos científicos das

diferentes técnicas, utilizadas na produção moderna, diferenciando a educação profissional do ensino profissionalizante.

Por outro lado, a industrialização alterou o sentido ontológico do trabalho, reduzindo-o a partes cada vez mais fracionadas, buscando "desapropriar do homem aquilo que constitui a essência de sua humanidade: a relação com a natureza mediada pelo trabalho." (Antônio Henrique Pinto, 2011, p. 53). Para atender às determinações do mercado, cada trabalhador passou a realizar tarefas previamente planejadas. Na educação essa divisão determina o que ensinar para elite, que deve ser preparada para o trabalho de comando, e o que ensinar para as classes trabalhadoras, que deve ser preparada para ocupar os postos de trabalho que não necessitam de domínio do processo, aprendendo apenas a parte que lhe cabe fazer.

Nos anos 1960, a ditadura civil-militar no Brasil aprofundou a subordinação aos poderes hegemônicos da economia global e promoveu uma esmagadora concentração de renda. A contradição brasileira permanece primeiro como dívida externa, depois como inflação e finalmente como dívida interna.

Portanto, a formação social e econômica brasileira vai se transformando numa colcha de retalhos, com cores que não combinam entre si. A EPT precisa tratar esse assunto, embasado em um olhar crítico, suscitando questionamentos em relação ao sistema de produção capitalista. Ao mesmo tempo, os estudantes precisam ser preparados para a inserção no mundo do trabalho, com condições para identificar nesse mesmo sistema de produção capitalista as oportunidades de realização profissional. Por isso é importante pensar um currículo que promova a integração de conteúdos, contextualizados com a vivência desses alunos, sem excluir as contradições e mazelas históricas da nossa formação nacional.

Nesse sentido, Acácia Zeneida Kuenzer (2016) apresenta duas reflexões: a primeira sobre a educação profissional como parte do campo da ciência da educação, e não como um campo epistemológico apartado, e a segunda sobre posturas epistemológicas que definem as formas de interpretação da realidade, com base em três correntes de pensamento: o positivismo, a fenomenologia e a dialética marxista. Esta autora fala da dualidade estrutural, que se evidencia a partir do Ensino Médio, e em especial na educação profissional,

No regime de acumulação rígida, em que havia clara definição entre as funções operacionais, técnicas, de gestão e de desenvolvimento de ciência e tecnologia típicas das formas tayloristas/fordistas de organizar o trabalho, as trajetórias educativas eram bem definidas e diferenciadas, de modo a

atender às necessidades de disciplinamento dos trabalhadores e dirigentes.
[...]
No regime de acumulação flexível, do ponto de vista do capital, a substituição da base rígida pela base flexível, através da mediação da microeletrônica, traz um novo discurso sobre a dualidade, que aponta, supostamente, para a sua superação. (Acácia Zeneida Kuenzer 2016 p. 24-25)

A produção científico-tecnológica contemporânea exige novas formas de disciplinamento dos trabalhadores, que devem desenvolver subjetividades para atender as demandas da produção e da vida social, caracterizadas pela flexibilidade. Por esse motivo, a formação especializada voltada para ocupações parciais precisa ser substituída pela formação geral, através de escolarização ampliada e para todos os trabalhadores.

Todavia, “a flexibilização do trabalho, categoria central a definir o campo epistemológico da educação em geral e da educação profissional no regime de acumulação flexível” (Acácia Zeneida Kuenzer 2016 p. 31), conduz a destruição dos poucos direitos conquistados nas lutas dos trabalhadores. A subcontratação, o populismo e a informalidade do trabalho contribuem para o processo de acumulação. Dessa forma, para os trabalhadores a flexibilidade significa o consumo predatório da sua força de trabalho, enquanto a produção científica e tecnológica se integra aos sistemas produtivos e os fortalecem.

Além disso, é preciso considerar o contexto atual de acelerados avanços tecnológicos. Segundo Antônio Henrique Pinto (2011 p. 51),

Em nossa sociedade quase todos os setores produtivos incorporaram a tecnologia, reduzindo as atividades complexas às ações de controle da máquina computacional. Nesse contexto, importa-nos responder à seguinte questão: qual é o sentido e o significado da formação para o trabalho? Voltemos à origem da sociedade industrial em busca dos elementos históricos presentes na relação entre trabalho e educação.

Ademais, as teorias de Lev Semionovitch Vygotsky e de Paulo Freire fundamentam essa pesquisa, especialmente no direcionamento para a elaboração do produto educacional, tendo em vista que ambas se referem à importância do meio social e da produção cultural para a estruturação das aprendizagens.

Para Lev Semionovitch Vygotsky (2007), o processo educativo envolve de forma ativa três elementos: o estudante, o mestre e o meio criado entre eles. Esse meio criado é o ambiente cultural, em constante movimento dinâmico. Logo, o meio

social é a alavanca do processo educacional e o papel do professor consiste em direcionar essa alavanca.

Analisando as ideias de Lev Semionovitch Vygotsky, Ingrid Lilian Fuhr Raad (2016) sugere que por uma falha de tradução se atribuiu ao termo aprendizagem, na teoria de Vygotsky, o sentido de busca por resultado, como se a aprendizagem pudesse ser medida e quantificada, fazendo com que a avaliação, que deveria ser processual e contínua, tenha se transformado em um instrumento para mensurar o que o estudante aprendeu. Consoante essa autora, a tradução do termo *obutchenie*, deveria ser instrução e não aprendizagem. Para Lev Semionovitch Vygotsky, o "*obutchenie*" é reflexivo, admite o instruir-se, e nele há condições estruturais que possibilitam a passagem da adaptação social para a individual.

Ressalte-se no pensamento de Lev Semionovitch Vygotsky o pressuposto de que "o desenvolvimento cognitivo não ocorre independente do contexto, histórico e cultural", conforme Marco Antonio Moreira (1999, p. 109). Essa teoria oferece embasamento para este trabalho pois observamos que na prática extensionista a mediação com o meio social e cultural é essencial, e o conhecimento se organiza no entrelaçamento dos saberes locais e tradicionais com os saberes acadêmicos.

Em igual sentido, Paulo Freire postula que o homem é construção cultural e histórica, individual e coletivamente, "o homem, como um ser que trabalha, que tem um pensamento-linguagem, que atua e é capaz de refletir sobre si mesmo e sobre a sua própria atividade, [...] É homem porque está sendo no mundo e com o mundo" (2015, p.25). Portanto, a cultura é uma aquisição sistemática da experiência humana e o conhecimento é elaborado e criado como consequência do vínculo mútuo entre pensamento e prática, num processo de conscientização do sujeito crítico e reflexivo.

A teoria da educação emancipatória e libertadora, de Paulo Freire, salienta a importância da interação dialógica-comunicativa, que em relação à Extensão assegura um processo não invasivo de troca de saberes, deixando assim de ter um caráter assistencialista. "Como agente da mudança, com os camponeses (agentes também), cabe a ele inserir-se no processo de transformação, conscientizando-os e conscientizando-se ao mesmo tempo" (2015, p.41). Da reflexão a respeito do seu contexto sócio, político, econômico e cultural vem a ação sobre o mundo para transformá-lo. Em vista disso, a educação é um processo contínuo de tomada de consciência e de modificação de si próprio e do mundo.

3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - PROCESSO HISTÓRICO

A Educação Profissional surgiu no Brasil no período imperial, com a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro. Em 1808, D. João VI criou o Colégio das Fábricas para a educação dos artífices e aprendizes vindos de Portugal. Os artífices, especialistas em suas respectivas áreas, vieram com a missão de suprir a mão de obra técnica para a construção civil, e também para produzir obras de arte. Por outro lado, para retirar as crianças da rua, evitando que se transformassem em futuros desocupados, iniciou-se a formação compulsória de trabalhadores em vários ofícios.

Após a proclamação da república em 1889, os liceus continuaram a realizar as atividades e atendimentos propostos ainda no tempo do Império. O novo regime Federativo da República possibilitou a realização de iniciativas por parte dos Estados da Federação para a organização do ensino profissional.

Nilo Peçanha, Presidente da República entre 1909 e 1910, instaurou uma rede de 19 Escolas de Aprendizes e Artífices, por meio do Decreto Nº 7.566 de 23 de setembro de 1909, subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio e voltadas às classes menos favorecidas.

Em 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, que passou a supervisionar as Escolas de Aprendizes e Artífices. Nesse momento, a Educação Profissional passou a ser tratada como uma política pública no Brasil. Em 1937 a Constituição Federal, promulgada por Getúlio Vargas, definiu que as indústrias e os sindicatos deveriam criar escolas de aprendizes na esfera da sua especialidade. As Escolas de Aprendizes e Artífices foram transformadas em liceus industriais.

Em 1942 foram estabelecidas as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial, constituída de escolas técnicas, industriais, artesanais e de aprendizagem, por meio do Decreto-Lei nº 4.127/42. Os liceus industriais passaram a ser escolas industriais e técnicas, e passaram a oferecer formação profissional nos dois ciclos do ensino industrial: o primeiro ciclo - ensino industrial básico, o ensino de mestría, o ensino artesanal e a aprendizagem; o segundo ciclo - ensino técnico e o ensino pedagógico. Foram criados o Serviço Nacional da Indústria (Senai), por meio do Decreto-lei nº 4.048/1942, e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), por meio do Decreto-lei Nº 8.621/1946, instituições privadas com o objetivo de formação de trabalhadores para

a indústria e para o comércio, respectivamente. Em 1959 as escolas industriais e técnicas foram transformadas em autarquias denominadas Escolas Técnicas Federais, e foi publicada a Lei Nº 3.552, que dispunha sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, onde consta:

Art 5º Os cursos técnicos, de quatro ou mais séries, têm por objetivo assegurar a formação de técnicos para o desempenho de funções de imediata assistência a engenheiros ou a administradores, ou para o exercício de profissões em que as aplicações tecnológicas exijam um profissional dessa graduação técnica.

Parágrafo único. Esses cursos devem adaptar-se às necessidades da vida econômica, das diversas profissões e do progresso da técnica, articulando-se com a indústria e atendendo às exigências do mercado de trabalho da região a que serve a escola.

Em 1961 foi estabelecida a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei nº 4.024/61, que permitia que concluintes de cursos de educação profissional pudessem continuar estudos no Ensino Superior. Em 1967 as Escolas Agrícolas Federais, chamadas de fazendas-modelo, ligadas ao Ministério da Agricultura, passaram a ser supervisionadas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), a partir do Decreto n. 60.731/1967. Em 1968 surgiram os cursos superiores destinados à formação de Tecnólogos, por meio da Lei Federal nº 5.540/68. Em 1971 todo o Ensino de Segundo Grau, hoje denominado Ensino Médio, deveria conduzir o educando à conclusão de uma habilitação profissional técnica ou, ao menos, de auxiliar técnico (habilitação parcial), de acordo com a Lei nº 5.692/71.

Em 1991 foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), pela Lei nº 8.315/91, com formato institucional similar ao do Senai e do Senac. Em 1994 foi instituído o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, integrado pela Rede Federal e pelas redes ou escolas congêneres dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, com transformação gradativa das escolas técnicas federais e das escolas agrícolas federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs).

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96) e o Decreto Federal 2.208/97 as instituições de educação deveriam ajustar-se às novas diretrizes educacionais. Os CEFETs aumentaram a oferta do Ensino Superior e os cursos técnicos passaram a ser realizados pelos Estados e pela iniciativa privada, destacando assim a separação da educação técnica do Ensino Médio e a orientação para o Ensino Superior. Após muitas discussões, em 2004 iniciou-se uma reorientação das políticas federais para a Educação Profissional e Tecnológica, por

meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

Em 2008 aconteceram importantes alterações na LDB (Lei nº 9394/1996), que passou a tratar da Educação Profissional e Tecnológica e introduziu a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, por meio da Lei 11.741/2008. Período de muitos debates em torno de uma educação profissional no Brasil que estivesse inserida num projeto novo de nação e de desenvolvimento sustentável, almejando uma distribuição de renda justa, inclusão e justiça social, integração internacional e a cooperação com vistas ao crescimento econômico e social, uma educação sustentável que possibilitasse a evolução tecnológica, comprometida com a redução das desigualdades sociais e regionais, culminando com a publicação da Lei 11.892/2008, que no âmbito do Ministério da Educação criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, estruturados a partir dos CEFETs, escolas técnicas e agrotécnicas federais e escolas vinculadas às universidades federais, apresentando um novo modelo de Educação Profissional.

Em 2017 a LDB passou por alterações, incluindo o itinerário formativo "Formação Técnica e Profissional" no Ensino Médio e definindo os critérios a serem adotados pelos sistemas de ensino, "a inclusão de vivências práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional" (Art. 36. § 6º Inciso I). Segundo o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC),

A educação profissional e tecnológica (EPT) é uma modalidade educacional prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) com a finalidade precípua de preparar "para o exercício de profissões", contribuindo para que o cidadão possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade. [...] prevê, ainda, integração com os diferentes níveis e modalidades da Educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia (MEC)

Então, dessa maneira se configuram os cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, costumeiramente tratados apenas como curso médio integrado. Atualmente, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) deve permitir que todas as pessoas tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas.

4 EXTENSÃO E CURRÍCULO NA FORMAÇÃO INTEGRAL

A educação integral considera o ser humano em sua totalidade, almejando o desenvolvimento de todas as suas capacidades, e abrange as suas diversas dimensões ontológicas - física, intelectual, mental ou cognitiva, ambiental, profissional, social, emocional e espiritual -, por isso não pode ser limitada a uma concepção do ser biológico ou a alguma perspectiva filosófica. Dessa forma, busca por uma harmonia entre consciência e ação social, trabalho e formação intelectual. Essa abordagem parte da ideia de emancipação humana, incluindo expressões e manifestações em áreas como moral, ética, criatividade artística, e em âmbitos como o racional-cognitivo, afetivo e relacional. Consoante Maria Ciavatta,

Sua origem remota está na educação socialista que pretendia ser omnilateral no sentido de formar o ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política, científico-tecnológica. Foi aí que se originou o grande sonho de uma formação completa para todos conforme queriam os utopistas do Renascimento, Comenius com seu grande sonho de regeneração social e, principalmente, os socialistas utópicos da primeira metade do século XIX. (2005 p. 86)

Nesse sentido, um dos instrumentos para a formação humana integral é a indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, em um processo contínuo que envolve estudantes, docentes e demais profissionais na Educação, que deve orientar o planejamento e a execução das atividades curriculares, estando diretamente relacionada à questão da teoria-prática-teoria.

Do ponto de vista da Extensão, podemos observar no processo histórico as mudanças de conceituação, de práticas e até de nomenclatura, passando por Extensão Rural, Extensão Universitária, Extensão Tecnológica e Extensão Acadêmica, de acordo com cada contexto. Na década de 1930, a finalidade da Extensão era difundir conhecimentos e informações, visando moldar a população aos interesses do governo. No início dos anos 1960, a Extensão passou a ter a finalidade da transformação social, baseado nas teorias de Paulo Freire, e como resultado da interação de estudantes extensionistas com a sociedade. Moacir Gadotti afirma que,

A universidade brasileira nasceu, tardiamente, na primeira metade do século XX e foi só a partir dos anos 1950 e 1960 que ela despertou para o seu compromisso social, muito por influência dos movimentos sociais, particularmente, com a participação da União Nacional dos Estudantes (UNE) com seu projeto UNE Volante, que previa uma mobilização nacional a

partir de caravanas. Destaque-se, nesse período, o trabalho de Paulo Freire, criando o Serviço de Extensão Cultural, na Universidade do Recife, bem como o Movimento de Cultural Popular (MCP), o Movimento de Educação de Base (MEB) e o Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE. (2017 p.1)

Porém a ditadura civil-militar de 1964 interrompeu esse avanço, poucas ações extensionistas foram realizadas durante esse período, e a Extensão passou a ter uma característica assistencialista. Um exemplo de ação que reflete a visão de Extensão com a finalidade de ajudar é o Projeto Rondon, criado em 1967, no qual estudantes universitários executam atividades em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente e tecnologia, levando soluções para as demandas das populações em áreas pouco desenvolvidas, a exemplo da Amazônia, do Vale do São Francisco, do Vale do Jequitinhonha e do sul do Mato Grosso. Com isso reapareceu a visão de Extensão para moldar a população aos interesses do governo, pois o Projeto Rondon foi criado alicerçado no lema “integrar para não entregar”, para atender a promessa de crescimento nacional.

No final da década de 1970 a Extensão Universitária foi revigorada por movimentos populares, organizações não-governamentais e sindicais, na perspectiva da Educação Popular. Nesse período foi criada a primeira política de Extensão, o Plano de Trabalho de Extensão Universitária, elaborada pelo MEC em 1975. Essa política definia como atividades de Extensão: cursos, serviços, difusão cultural, comunicação de resultados de pesquisas e projetos de ação comunitária.

Com a abertura política iniciada na década de 1980, intensificou-se o debate sobre a Extensão e sua indissociabilidade com o Ensino e a Pesquisa. Em 1987 foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – FORPROEX, com o objetivo de organizar e definir o papel da Extensão. A partir disso, a Extensão passou a ser compreendida como parte do processo que, em articulação ao Ensino e a Pesquisa de forma indissociável, viabiliza a relação transformadora entre instituições de ensino e a sociedade. Para o FORPROEX, o saber acadêmico e o saber popular devem se encontrar e caminhar juntos. É a superação da vertente assistencialista, sendo substituída pela dimensão da comunicação dos saberes. Mas, da mesma forma como acontece com a Educação Popular que coexistem modelos tradicionais, hegemônicos e emergentes, determinados por fatores políticos, econômicos, sociais e culturais, na Extensão um panorama não é completamente suplantado e, ainda hoje, realizam-se atividades de

Extensão com características mais assistencialistas que educativas. A Constituição Federal de 1988, (art. 207) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº. 9394 de 1996 (art. 43), incorporam o princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

Na década de 1990, o FORPROEX, articulado com a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, criou duas políticas de Extensão: o Programa de Fomento à Extensão Universitária, em 1993, e o Plano Nacional de Extensão Universitária, em 1998. Em 2012, aprovou a Política Nacional de Extensão Universitária. As atividades de Extensão passaram a ser: programas; projetos; cursos e oficinas; eventos; e prestação de serviços.

A Resolução CNE/CES Nº 07/2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, no Art. 3º define a Extensão como:

processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. (Resolução CNE 07/2028, p.1)

Embora os claros avanços, a prática extensionista continuou muitas vezes desvinculada, no contexto acadêmico, permanecendo forte o entendimento de que a Extensão é tudo o que não é Ensino e não é Pesquisa. Além da visão assistencialista, surgiu nos últimos anos um viés mercantil, tendo como pano de fundo o desenvolvimento regional, prevalecendo nessa perspectiva os interesses de setores produtivos, deixando em segundo plano a inter-relação transformadora entre instituição de ensino e sociedade e a prática dialógica e troca de saberes.

Apesar disso, predomina entre os extensionistas a busca pelo diálogo e pela reflexão, levando em conta a realidade que se apresenta nas comunidades, mesmo relatando algumas dificuldades. A Extensão desempenha um papel essencial na formação profissional dos estudantes, viabilizando a integração entre teoria e prática por meio de atividades realizadas em interação com a sociedade. Alguns Projetos de Extensão levam à comunidade atividades de prestação de serviço, na forma de assessorias, consultorias ou planos de trabalho, possibilitando a transferência e a aplicabilidade de tecnologias. Ao tempo que leva à população os conhecimentos produzidos na instituição, traz os conhecimentos produzidos nas comunidades, permitindo a ampliação nos dois sentidos. Na práxis, teoria e prática passam a ser testadas e podem ser questionadas na busca por melhores resultados efetivos.

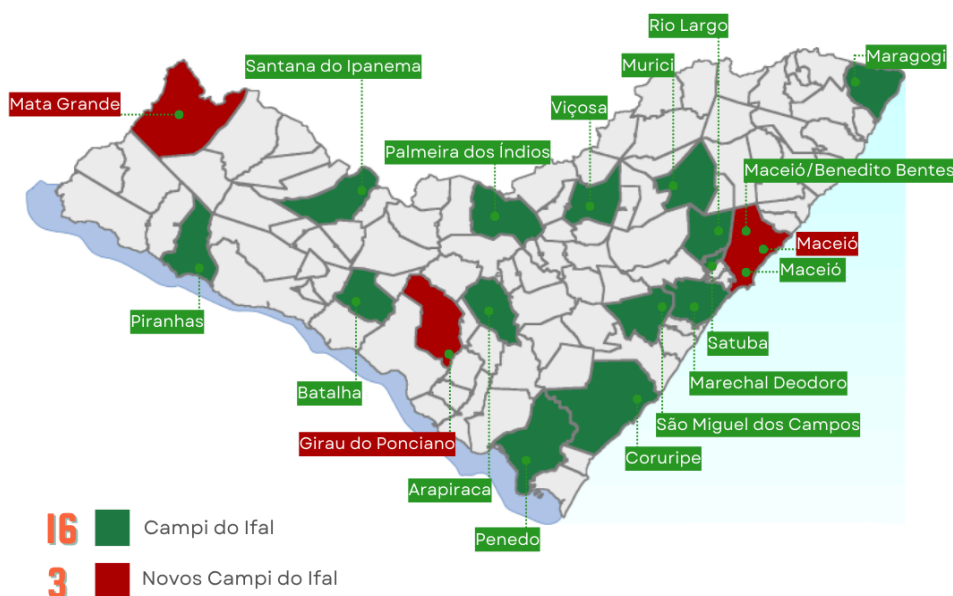
Outro aspecto que se evidencia na interação com a sociedade é o caráter multidisciplinar e transdisciplinar da Extensão, tendo em vista que as atividades extensionistas são realizados em diversos segmentos da sociedade, lidando com os dilemas, individualidades e pluralidades de cada comunidade, exigindo no seu fazer uma diversidade de conhecimentos e uma habilidade para adaptar práticas e conteúdos. A Extensão propicia um ambiente favorável para a formação cidadã, pois os estudantes precisam interagir com pessoas da comunidade, considerando seus saberes e fazeres, valores e culturas locais. Contudo, para que aconteça a troca de saberes, é importante a articulação da Extensão com o Ensino e com a Pesquisa.

5 FORMAÇÃO INTEGRAL E EXTENSÃO NO IFAL

O IFAL é uma instituição de educação profissional e superior, vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, que detém autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar equiparada às universidades federais. O Instituto é composto pela Reitoria e cinco Pró-reitorias: Ensino; Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação; Extensão; Desenvolvimento Institucional; e Administração e Planejamento. Possui mais de 1800 servidores e atende a mais de 20 mil estudantes, de modo a contribuir para a formação profissional e inserção de jovens e adultos no mundo do trabalho, com credibilidade e qualidade de ensino. Sua criação decorre da Lei nº 11.892/2008, que integrou o Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas (Cefet/AL) com a Escola Agrotécnica Federal de Satuba.

Atualmente, o IFAL dispõe de 16 unidades de ensino em atividade: Campus Arapiraca, Campus Batalha, Campus Benedito Bentes, Campus Coruripe, Campus Maceió, Campus Maragogi, Campus Marechal Deodoro, Campus Murici, Campus Palmeira dos Índios, Campus Penedo, Campus Piranhas, Campus Rio Largo, Campus Santana do Ipanema, Campus São Miguel dos Campos, Campus Satuba e Campus Viçosa. Em março de 2024, foi anunciado pelo Governo Federal a criação de 3 novas unidades de ensino nos seguintes municípios: Maceió, Girau do Ponciano e Mata Grande.

Figura 1 - Mapa de Alagoas destacando as unidades de ensino do IFAL



Nos documentos institucionais que foram analisados, disponíveis no site do IFAL, identificam-se orientações relacionadas à formação humana integral, as quais fundamentam a oferta dos cursos. Nas Diretrizes Institucionais para os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal de Alagoas (Alterada pela Deliberação nº 35/CEPE/2019, de 19/9/2019) determina:

Art. 16. Garantir o desenvolvimento de ações e atividades para além da sala de aula, com vistas à promoção da formação humana, ética, política, estética, técnica, tecnológica, entre outras, tratando-as como fundamentais para a formação integral dos estudantes.

Art. 17. Garantir, nos planos pedagógicos de cursos técnicos integrados ao ensino médio [...] com foco na formação humana integral dos estudantes.

Art. 28. A organização curricular do curso técnico integrado ao ensino médio será composta por 03 (três) núcleos formativos, que contemplam as dimensões da formação humana (o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura) [...]

Art. 58. Implantar política sistêmica de formação continuada dos profissionais da educação da Instituição, [...] assumindo os princípios da formação humana integral [...]

Art. 67. A Instituição deve garantir estratégias de acompanhamento, [...] para o fortalecimento dos cursos técnicos integrados ao ensino médio e da formação humana integral.

No Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) consta como um dos princípios norteadores da concepção de Educação do IFAL “as dimensões da formação humana: o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura” (p.178). Em outro trecho podemos encontrar: “numa perspectiva de formação humana pela práxis, de uma nova relação entre Ensino, Pesquisa e Extensão, requer que o processo de ensino-aprendizagem se desenvolva permeado por uma concepção emancipatória de avaliação” (p. 109). Especificamente sobre Educação profissional técnica de nível médio consta que compete ao IFAL “pautar sua atuação, objetivando a construção da cidadania e a inserção dos indivíduos na sociedade, como ser produtivo, ético e político baseada na tríade: autonomia, participação e diálogo” (p. 132) e sobre a Educação superior “aliar a concepção de educação à formação profissional integral, [...] um processo técnico-pedagógico, que articule os conhecimentos teóricos e práticos da educação profissional com os fundamentos da formação humana no seu sentido pleno” (p. 135)

Em relação a formação humana integral, o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) do IFAL menciona:

A expansão do IFAL no Estado de Alagoas vem contribuir de modo significativo para o fomento do desenvolvimento local e regional, à medida que promove a formação humana e cidadã de profissionais qualificados, potencializando sua função social enquanto instituição de ensino público.

Sua atuação deve ser permanentemente articulada e contextualizada à sua região de abrangência considerando as diversas representações sociais. É função precípua do IFAL atuar a favor dos arranjos produtivos sociais e culturais locais. (2013, p.16)

Reafirmando o compromisso do IFAL com a formação humana integral, define-se, assim, a missão institucional: promover educação de qualidade social, pública e gratuita, fundamentada no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de formar cidadãos críticos para o mundo do trabalho e contribuir para o desenvolvimento sustentável.

No que se refere à Extensão no IFAL, podemos encontrar no PDI o conceito de Extensão que “como dimensão acadêmica é parte do processo educativo, cultural e científico, [...] articulação entre o mundo do trabalho e diferentes segmentos sociais”. (p. 160)

Na Resolução nº 169/2024 do Conselho Superior do IFAL constam as diretrizes e objetivos da Extensão, que se alinham com as diretrizes do MEC e, principalmente, determinam a participação dos estudantes do IFAL. Entre as diretrizes, consta “propiciar a formação cidadã dos estudantes, marcada e construída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular” (Art. 2º, p. 1). De acordo com esta resolução (Art. 3º, p. 2), os objetivos da Extensão no IFAL são:

I - desenvolver atividades de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, com participação dos estudantes do IFAL;

II - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;

III - realizar atividades voltadas preferencialmente para a população em situação de vulnerabilidade social, colaborando para a diminuição das desigualdades através da inclusão social, geração de oportunidades e melhoria das condições de vida;

IV - ofertar cursos de formação inicial e continuada (FIC) de trabalhadores, para a população economicamente ativa, na perspectiva de melhoria da qualidade de vida.

Os Projetos de Extensão no IFAL podem ser realizados em oito Áreas Temáticas: Comunicação; Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologia e Produção; e Trabalho. Podem ser vinculados ou não a Programas Institucionais de Extensão. Atualmente existem oito Programas Institucionais de Extensão no IFAL:

AGRICULTURA FAMILIAR (PEAF) - difusão e/ou aprimoramento de tecnologias, promoção de práticas sustentáveis de produção, além de incentivo ao cooperativismo, ao associativismo e a distribuição de renda.

ARTIFAL - ações artísticas e culturais, preferencialmente mantendo e preservando as manifestações regionais.

ECOSOL - assessoramento a empreendimentos de economia solidária, como grupos informais, associações, cooperativas, dentre outros, por meio da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária.

EQUIPAMENTOS CULTURAIS - ações artísticas e culturais que representam o IFAL em apresentações intercampi e interinstitucionais, com abrangência nacional.

MINHA COMUNIDADE - conjunto de Projetos de Extensão em determinada comunidade, previamente definida, para atender demandas variadas e desenvolver as potencialidades nesta localidade.

MULHERES EMPREENDEDORAS - inclusão educacional, social e produtiva de mulheres, principalmente em situação de vulnerabilidade social.

PROIFAL - preparação para o exame de seleção para ingresso nos cursos do IFAL.

PROPEQ - disseminação e implantação dos resultados de Projetos de Pesquisa, concluídos com êxito e devidamente registrados na Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do IFAL (PRPPI).

O Proifal está inativo desde 2020, inicialmente por ter mudado a forma de seleção para o ingresso nos cursos ofertados no IFAL, dispensando a necessidade de exame de seleção, e atualmente por conta do Programa Nacional de Promoção de Igualdade de Oportunidades para Acesso de Estudantes da Rede Pública de Ensino à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (PartiuF), instituído pelo Ministério da Educação por meio da Portaria N° 1.169/2024.

Anualmente, a Pró-reitoria de Extensão (Proex) lança editais para as unidades de ensino apresentarem propostas de Projetos de Extensão que podem

ser com ou sem bolsas custeadas pela Proex. As unidades de ensino também podem custear bolsas. Em cada Projeto de Extensão é obrigatório a participação de pelo menos um discente do IFAL, bolsista ou voluntário.

No período de 2019 a 2024 foram realizados, atendendo a Editais da Proex/IFAL, **872** Projetos de Extensão (ver Quadro 2). Não foram considerados neste cálculo os Projetos de Extensão submetidos ao Edital Proex para a Prática Extensionista Integrada ao Currículo (PEIC) nos cursos de graduação, nem os Projetos de Extensão executados no IFAL com financiamento externo. Este levantamento foi realizado em 20 de janeiro de 2025 e foram considerados apenas Projetos de Extensão com Relatório Final cadastrado no sistema eletrônico de gestão, adotado pelo IFAL, que atualmente é o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), pois o cadastro do relatório comprova que ocorreu de fato a execução do projeto. Considerando que outros Relatórios Final, de Projetos de Extensão executados neste período, podem ser cadastrados a qualquer tempo, por isso essas quantidades podem aumentar posteriormente.

Não foram considerados os projetos referentes à PEIC por serem vinculados ao currículo dos cursos de graduação, por determinação do PNE 2014/2024, contando como carga horária obrigatória nesses cursos. Quanto aos projetos executados com financiamento externo, eles são sazonais e atendem a uma demanda do órgão financiador, geralmente nacional e não apenas para Alagoas.

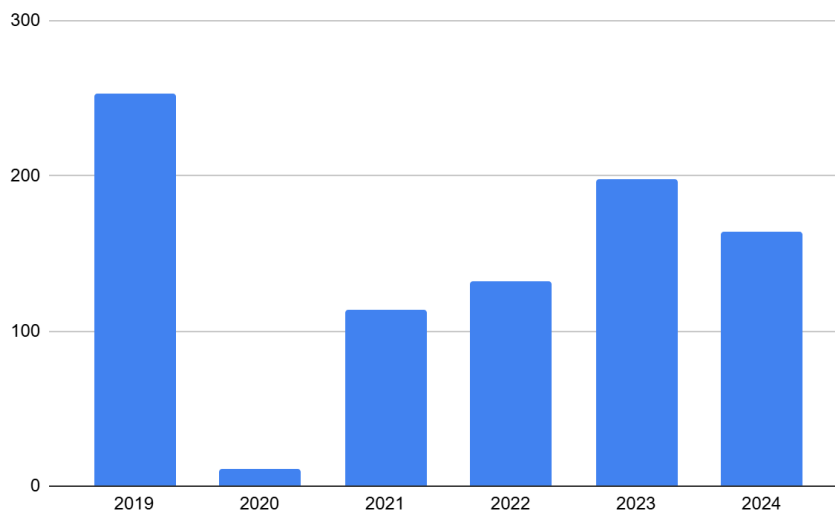
Quadro 2 - Projetos de Extensão no IFAL, por área temática, de 2019 a 2024

Área temática	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total no período
Comunicação	3	1	4	0	1	2	11
Cultura	31	1	6	14	20	23	95
Direitos Humanos e Justiça	6	0	1	2	2	0	11
Educação	99	4	51	51	59	40	304
Meio Ambiente	54	1	21	28	57	53	214
Saúde	18	0	4	5	13	10	50
Tecnologia e Produção	32	3	26	31	37	26	155
Trabalho	10	1	1	1	9	10	32
TOTAL	253	11	114	132	198	164	872

Fonte: Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA)

A expressiva diferença entre a quantidade de Projetos de Extensão executados em 2019 em comparação a 2024 pode ser visualizada no Gráfico 1.

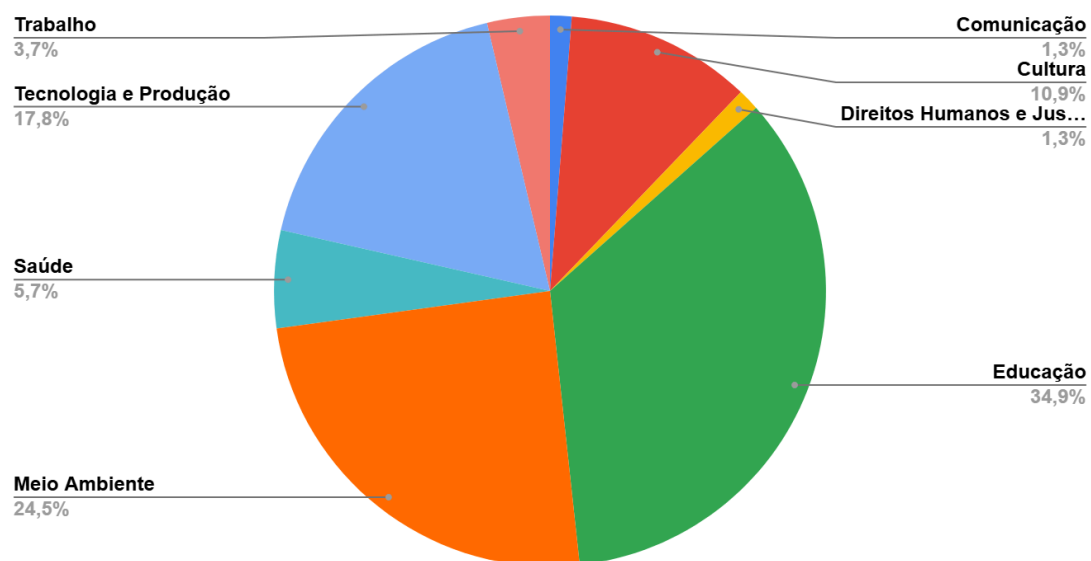
Gráfico 1- Total de Projetos de Extensão realizados, de 2019 a 2024



Fonte: elaborado pela própria autora

A análise dos dados também evidencia uma concentração de Projetos de Extensão na área temática Educação, em comparação às demais áreas contempladas (ver Gráfico 2). Em seguida, destacam-se os projetos nas áreas Meio Ambiente e Tecnologia e Produção. Observa-se, por outro lado, uma reduzida incidência de iniciativas em áreas de reconhecida relevância para o estado de Alagoas, como Direitos Humanos e Justiça, Saúde e Trabalho. Destaca-se ainda que, mesmo com a maior alocação de recursos financeiros, a área Cultura ocupa apenas a quarta posição em número de projetos desenvolvidos.

Gráfico 2 - Projetos de Extensão realizados, por área temática, de 2019 a 2024



Fonte: elaborado pela própria autora

A participação de estudantes do IFAL em equipe executora de Projetos de Extensão pode ser como bolsistas ou voluntários. Nesse período, tivemos 1748 bolsistas e 1459 voluntários, totalizando 3207 participações de estudantes. Porém, alguns estudantes atuam nas duas funções, seja em projetos diferentes ou no mesmo projeto, porém em momentos diferentes. Excluindo as duplicidades de função, temos um total de **3047 estudantes** (ver Quadro 3).

Quadro 3 - Estudantes do IFAL em Projetos de Extensão, de 2019 a 2024

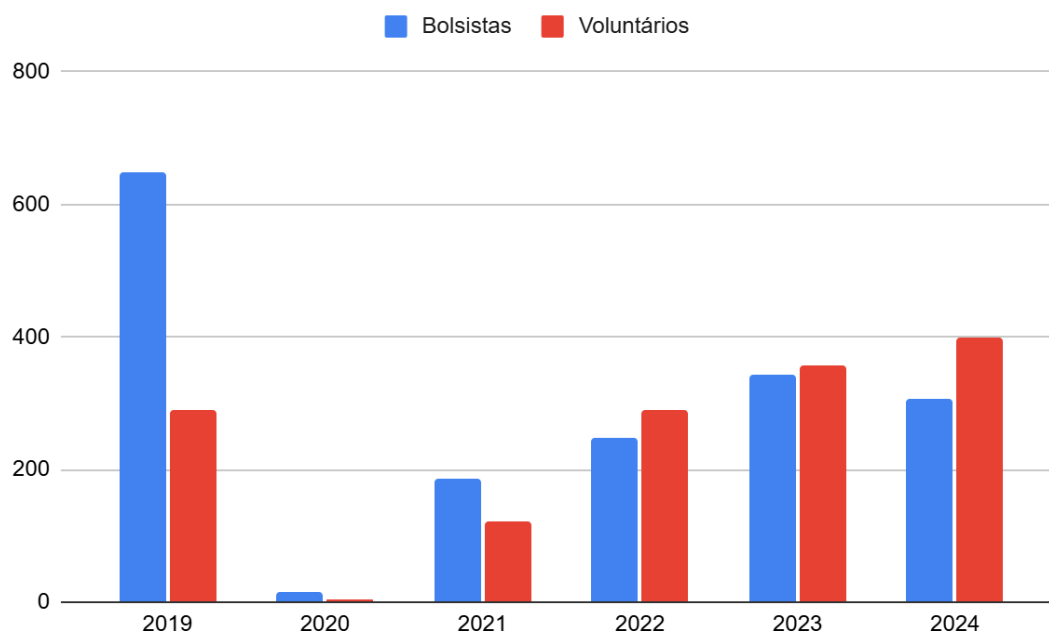
Função	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total no período
Bolsistas	648	14	187	249	342	308	1748
Voluntários	289	5	121	290	356	398	1459
Total de participações	937	19	308	539	698	706	3207
Sem duplicidade de função	901	19	294	500	663	670	3047

Fonte: Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA)

Embora sejam quantidades significativas, se considerarmos o total de estudantes matriculados no IFAL percebemos que esse número poderia ser bem maior. O fato de ter uma diferença de quase 200 participações, quando levamos em conta que alguns atuam como bolsista e também como voluntário, demonstra um comprometimento desses estudantes com as práticas extensionistas. Sendo considerável o aumento de alunos voluntários, ou atuando em duas funções, à medida que diminuem as bolsas disponíveis. Algumas vezes que são oferecidas bolsas para um número limitado de meses eles permanecem no projeto, como voluntários, para assegurar a continuidade ou a finalização adequada desses projetos. O resultado deste levantamento pode ser melhor visualizado no Gráfico 3.

Observa-se, ao longo do período analisado, uma tendência de alteração significativa na relação entre a quantidade de estudantes bolsistas e voluntários. Em 2019, os discentes bolsistas representavam a maioria expressiva, cenário que passou por uma transição gradual nos anos subsequentes. A partir de 2022, essa relação se inverteu, consolidando-se em 2024, quando se observou uma predominância de estudantes voluntários em relação aos bolsistas. Apesar desse aumento no número de voluntários, o total de estudantes envolvidos em 2024 foi substancialmente inferior ao registrado em 2019.

Gráfico 3 - Estudantes Bolsistas e Voluntários, de 2019 a 20



Fonte: elaborado pela própria autora

Estas mudanças em relação ao número de estudantes está diretamente relacionada à quantidade de Projetos de Extensão realizados, que em 2019 foi muito superior à de 2024. Alguns fatores e circunstâncias explicam essa notável variação. No período de 2020 e 2021 tivemos um cenário atípico, por causa da pandemia do Covid provocada pelo Coronavírus. Somando-se a isso, os cortes orçamentários contribuíram para agravar essa conjuntura (ver quadro 4).

Quadro 4 - Valor total de bolsas custeadas pela Proex/IFAL, em Reais (R\$), para Programas e Projetos de Extensão no período de 2019 a 2024

Edital	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Agricultura Familiar	-	-	-	40.800,00	70.000,00	50.400,00
Artifal	448.000,00	-	50.000,00	144.000,00	262.500,00	142.800,00
Ecosol	-	-	-	-	-	44.800,00
Equipamento Cultural	-	-	-	-	-	80.500,00
Minha Comunidade	448.000,00	-	-	115.200,00	122.500,00	56.000,00
Mulheres Empreendedoras	-	-	-	40.800,00	70.000,00	19.600,00
Proifal	448.000,00	-	-	-	-	-
Propeq	128.000,00	32.000,00	20.000,00	40.800,00	52.500,00	14.000,00
Não vinculados a um Programa	1.536.000,00	308.800,00	96.000,00	278.400,00	87.500,00	92.400,00
Valor Total para Programas e Projetos	3.008.000,00	340.800,00	166.000,00	660.000,00	665.000,00	500.500,00

Fonte: editais publicados pela Proex/IFAL

Em 2019 foram publicados editais da Proex com vagas para os Programas Institucionais de Extensão Artifal, Minha Comunidade, Proifal e Propeq. Sendo uma vaga por campus do IFAL, em cada um desses Programas, com o custo máximo de R\$28.000,00 por projeto, exceto para o Propeq que o custo máximo foi de R\$ 8.000,00 por projeto. Além desses, foram publicados dois editais para Projetos de Extensão não vinculados a um Programa, com um total de 192 vagas e o custo máximo por projeto de R\$ 8.000,00. A duração máxima para a execução foi de **8 meses**, com bolsas mensais no valor de R\$ 400,00.

Em 2020, foi publicado um edital da Proex para o Programa Institucional de Extensão Propeq, com 20 vagas, e um edital para Projetos de Extensão não vinculados a um Programa com 240 vagas. O custo máximo por Projeto de Extensão foi de R\$ 1.600,00. A duração máxima para a execução diminuiu para **4 meses**. O valor da bolsa permaneceu o mesmo, mas a critério do orientador poderia ser dividido para 2 estudantes, cada um recebendo R\$ 200,00. A redução do período de execução dos Projetos de Extensão, de 8 para 4 meses, ocorreu para viabilizar uma quantidade maior de Projetos de Extensão, apesar da redução na alocação de recursos financeiros, assim como dividir o valor da bolsa para 2 estudantes aumentaria o número de bolsistas.

A acentuada diferença do valor disponibilizado para o custeio de bolsas em 2020, em comparação a 2019, é uma consequência da redução do orçamento para a Educação no Brasil. Segundo a Seção Sindical dos(as) Docentes das Universidades Federais do Estado do Ceará (ADUFC), a redução do orçamento do Ministério da Educação foi de R\$ 19,8 bilhões.

Além disso, a pandemia intensificou o cenário desfavorável. Em 13/03/2020 o IFAL publicou uma Nota Oficial com as orientações para os procedimentos na pandemia do Covid-19, recomendando evitar atividades que envolvessem aglomerações de pessoas, impactando na realização das atividades de Extensão.

Mais adiante, a pandemia recrudescer culminando com a necessidade de distanciamento social, o que inviabilizou a realização da maioria dos Projetos de Extensão. A Proex retificou os editais, criando a possibilidade de adiar a execução para o ano seguinte, 2021, e cada orientador teve a oportunidade de decidir entre cancelar o projeto ou propor um novo cronograma, desde que com o compromisso de respeitar as normas de segurança, evitando expor a equipe executora e o público-alvo à risco de contaminação pelo Covid-19.

Em 2021, a submissão de propostas foi condicionada a uma execução compatível com o quadro de pandemia e os proponentes tiveram que assinar uma declaração garantindo que as atividades, necessárias para a execução do Projeto de Extensão, eram seguras para os discentes do IFAL e para o público-alvo. Ainda havia muita incerteza, não obstante o início da campanha de vacinação contra a Covid-19 no Brasil.

Diante disso, teria sido importante executarmos Projetos de Extensão que pudessem contribuir para mitigar os efeitos da pandemia, voltados ao autocuidado e ao cuidado coletivo, na área de saúde, para a recuperação econômica na área de tecnologia e produção, visto que muitas pessoas ficaram sem acesso a renda em decorrência do necessário distanciamento social, e principalmente, voltados à questão da segurança alimentar.

No entanto, o IFAL publicou uma Nota de Esclarecimento à Comunidade do IFAL, em 5 de maio de 2021, informando sobre novo corte orçamentário, impactando novamente de forma negativa na realização de Projetos de Extensão. Foram publicados editais da Proex para os Programas Institucionais de Extensão Artifal e Propeq, sendo 5 vagas para o Artifal, com o custo máximo de R\$ 10.000,00 por projeto, e 10 vagas para o Propeq, com o custo máximo de R\$ 2.000,00 por projeto, e um edital para Projetos de Extensão não vinculados a um Programa, com 48 vagas e custo máximo de R\$ 2.000,00 por projeto. Destaca-se que, neste ano, o Programa Artifal recebeu um investimento por projeto equivalente a cinco vezes o valor destinado aos demais projetos. A duração máxima para a execução passou a ser de **5 meses** para todos os projetos.

Em 2022, os editais da Proex deixaram de informar a quantidade de vagas, passando a informar o limite orçamentário da Proex para custear bolsas, de acordo com cada Programa Institucional de Extensão e também para Projetos de Extensão não vinculados a um Programa. Em consequência disso, tendo Projetos de Extensão que não utilizassem o valor máximo total, a diferença do valor poderia ser remanejado para outro(s) Projeto(s) de Extensão. Essa foi uma forma que a Coordenação de Programas e Projetos de Extensão encontrou para o aproveitamento total do recurso financeiro disponível. O valor máximo total por Projeto de Extensão deixou de existir, passando a ser determinado apenas o valor máximo mensal por projeto, uma vez que o projeto poderia ter duração mínima de 4 meses e máxima para a execução de 5 meses, podendo assim variar o custo total.

Para o Programa Artifal, o valor máximo mensal por projeto foi R\$ 1.200,00 e para os demais Programas e para projetos não vinculados a um Programa R\$ 400,00. Portanto, diminuiu a diferença do Artifal, que era de cinco vezes o valor destinado aos demais projetos, passando a ser três vezes o valor dos demais projetos.

Neste ano, foram criados dois novos Programas Institucionais de Extensão: Mulheres Empreendedoras e Agricultura Familiar (PEAF). Foram publicados editais para os Programas Institucionais de Extensão Artifal, Minha Comunidade, Mulheres Empreendedoras, PEAf e Propeq, e para Projetos de Extensão não vinculados a um Programa, todos com a duração máxima de **6 meses** para a execução.

Em 29/11/2022 o IFAL publicou nota oficial informando sobre novo bloqueio no orçamento da instituição, de R\$ 4.443.432,87, equivalente a 5,35% da dotação das despesas discricionárias do Instituto, além dos sofridos bloqueios anteriores e de um corte orçamentário de R\$ 6,3 milhões. O prejuízo foi de R\$ 10,7 milhões, comparado ao orçamento inicial aprovado na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Em 2023, a Proex lançou editais para os Programas Institucionais de Extensão Artifal, Minha Comunidade, Mulheres Empreendedoras, PEAf e Propeq, e para Projetos de Extensão não vinculados a um Programa. O valor máximo mensal por projeto foi mantido o mesmo de 2022, mas a duração máxima para a execução foi reduzida para **5 meses**.

A redução na quantidade de meses para a execução dos projetos está relacionada à alteração no valor das bolsas. A Resolução Nº 40/2020 do Conselho Superior do IFAL, que regulamenta a concessão de bolsa de Extensão pelo IFAL, determina que os valores das bolsas terão como referência aqueles estabelecidos pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por isso com a publicação da Portaria CNPQ Nº 1.237/2023 o valor da bolsa aumentou para R\$ 700,00. Entretanto, a alocação de recursos financeiros para Programas e Projetos de Extensão manteve-se praticamente inalterada, apesar do aumento de 75% no valor das bolsas.

Em 2024 foram criados dois novos Programas Institucionais: Ecosol e Equipamentos Culturais. A Proex lançou editais para os Programas Institucionais de Extensão Artifal, Ecosol, Equipamentos Culturais, Minha Comunidade, Mulheres Empreendedoras, PEAf e Propeq, e para Projetos de Extensão não vinculados a um Programa. Não houve alteração no valor máximo mensal, porém a duração

máxima para a execução diminuiu para **4 meses**. Essa redução na quantidade de meses para a execução ocorreu devido à greve dos servidores, que inviabilizou a publicação dos editais da Proex no início do ano letivo, como normalmente acontece, tendo sido publicados apenas em julho. A exceção foi o Programa Equipamentos Culturais, para o qual não foi definido valor máximo mensal por projeto e a duração para a execução foi de **5 meses**, sendo realizados **2** projetos para os quais foi alocado o recurso financeiro de R\$ 16.100,00 por mês.

6 UNIVERSO PARTICIPANTE

Para a realização de Projetos de Extensão no IFAL é necessário que a equipe executora seja composta por ao menos um servidor, docente ou TAE, e ao menos um estudante, bolsista ou voluntário. Diante disso, convidamos para participar desta pesquisa servidores e estudantes que atendam ao critério de atuação em Projeto de Extensão. A pesquisa foi realizada com uma abordagem qualitativa, utilizando os métodos da pesquisa-ação colaborativa a partir das experiências dos participantes, conforme Laurence Bardin (2011). Para conhecer essas experiências, foram realizadas entrevistas semiestruturadas buscando identificar informações relevantes ao tema desta pesquisa.

Após a aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa CAAE nº 77107223.70000.0195, foi iniciada a coleta de dados com a aplicação das entrevistas semiestruturadas. As questões foram apresentadas aos participantes seguindo o roteiro, mas sempre incentivando que falassem livremente a respeito das suas experiências, sem se limitar ao que foi perguntado. As falas dos participantes se converteram em material para a elaboração do Produto Educacional (PE).

Destarte, utilizamos dois modelos de roteiros de perguntas. Um para estudantes, com 4 perguntas sobre a experiência de participar em um Projeto de Extensão, e outro para Orientadores de Projetos de Extensão ou Coordenadores de Extensão, com 6 perguntas sobre o diálogo entre as práticas extensionistas e a educação integral.

Foram 35 participantes, sendo 17 estudantes e 18 servidores, que atuam nas seguintes unidades de ensino do IFAL: Campus Benedito Bentes, Campus Coruripe, Campus Maceió, Campus Maragogi, Campus Marechal Deodoro, Campus Penedo, Campus São Miguel dos Campos, Campus Satuba e Campus Viçosa.

Essas unidades do IFAL abrangem boa parte da extensão territorial de Alagoas. Ademais, outras unidades foram indiretamente participantes, a exemplo do Campus Batalha pois uma egressa do ensino médio lá participou da pesquisa como aluna de graduação no Campus Satuba. Em sua entrevista, essa aluna mencionou sobre a participação em Projeto de Extensão quando ainda estava no Campus Batalha, segundo ela a experiência foi importante para sua formação que ao ingressar na graduação já tomou a iniciativa de propor um Projeto de Extensão.

Considerando as diversas formas de classificar os territórios, consideramos para este estudo o Mapa de Abrangência do Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável de Alagoas¹, da Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), que divide o estado de Alagoas em 7 áreas de atuação: Agreste I, Agreste II, Alto Sertão, Baixo São Francisco, Mata Alagoana, Médio Sertão e Metropolitana. Estas unidades do IFAL encontram-se em 4 dessas regiões, descritas no Quadro 5

Quadro 5 - Unidades do IFAL por áreas de atuação no território alagoano

ÁREAS DE ATUAÇÃO, CONFORME A EMATER	UNIDADES DE ENSINO DO IFAL
Agreste II	Campus Viçosa
Baixo São Francisco	Campus Coruripe; e Campus Penedo
Mata Alagoana	Campus Maragogi; Campus Marechal Deodoro; e Campus São Miguel dos Campos
Metropolitana	Campus Benedito Bentes; Campus Maceió; e Campus Satuba

Fonte: levantamento realizado pela própria autora

Inicialmente, as unidades foram escolhidas pela proximidade geográfica e facilidade de acesso. O contato com os participantes foi, na maior parte das vezes, facilitado pela Coordenação de Extensão nessas unidades. Além disso, foi possível acrescentar outras mais distantes por conta de minha participação em eventos ou outras atividades da CPPE/Proex.

Por questões de ética em pesquisa, para manter o anonimato dos participantes, foram aplicados nomes fictícios para a identificação deles. Para a escolha destes nomes, consideramos um elemento que tem forte relação com as práticas extensionistas - a flora regional. Desde as fibras utilizadas no artesanato, as varas e outros utensílios da pesca, e até mesmo como atrativo turístico, a flora se destaca em várias atividades extensionistas. Muitas espécies são fundamentais para os arranjos produtivos locais e para o acesso ao mundo do trabalho. Ressaltando que a Extensão tem um compromisso social com a sustentabilidade, e a flora regional é muito importante para a preservação ambiental. Por isso, nomes de

¹ Mapa de Abrangência/EMATER, disponível em <https://www.emater.al.gov.br/institucional/mapa-de-abrangencia>

espécies representativas da flora alagoana foram utilizados para substituir os nomes das pessoas que participaram da pesquisa.

Assim, os estudantes e servidores participantes da pesquisa passaram a ser identificados pelos seguintes nomes: Aguapé, Amendoeira-da-praia, Amescla, Angelim, Aninga, Aroeira, Avelós, Baraúna, Bromélia, Cacto pé-de-mamão, Carnaúba, Cedro-vermelho, Cipó, Craibeira, Cupiúba, Imbaúba, Imbiriba, Imburana-de-cheiro, Ingá, Jatobá, Jerivá, Maçaranduba, Mandacaru, Manguba, Mangue-branco, Mesquite, Mulungu, Pau d'Arco, Pau ferro, Rabo-de-bugio, Sapucaia, Taquara, Tucum, Umbuzeiro e Urucum.

Para a análise dos dados levantados nas entrevistas semiestruturadas, foram aplicados os procedimentos de classificação e categorização, e em seguida a observação objetiva e sistemática, para abstrair os seus significados. Também foram aplicados os métodos da História Oral, que consiste na gravação de entrevistas com indivíduos capazes de dar testemunho sobre eventos, contextos, instituições, estilos de vida ou outros elementos das suas histórias. No Brasil, essa metodologia foi introduzida na década de 1970, quando foi criado o Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Segundo Paul Thompson (1998, p. 254):

Há algumas qualidades essenciais que o entrevistador bem-sucedido deve possuir: interesse e respeito pelos outros como pessoas e flexibilidade nas reações em relação a eles; capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião deles; e, acima de tudo, disposição para ficar calado e escutar.

A história oral oferece meios para uma abordagem sócio-cultural. Nessa perspectiva, as entrevistas semiestruturadas foram realizadas presencialmente para que fossem capturados os gestos e comportamentos, diante das perguntas, além da escolha das palavras e modos de responder. Todas foram gravadas e em seguida transcritas para facilitar as análises. Como afirma Paul Thompson,

Leva-se muito mais tempo para escutar do que para ler, e se o que foi gravado tiver que ser citado num livro ou artigo, é preciso primeiro fazer uma transcrição. Por outro lado, a gravação é um registro muito mais fidedigno e preciso de um encontro do que um registro simplesmente escrito. Todas as palavras empregadas estão ali exatamente como foram faladas; e a elas se somam pistas sociais, as nuances da incerteza, do humor ou do fingimento, bem como a textura do dialeto. [...] Por continuar sendo sempre exatamente o mesmo, um texto não pode ser definitivamente refutado; essa a razão por que se queimam livros. Um falante, porém, pode

sempre ser imediatamente contestado; e, à diferença do texto escrito, o testemunho falado jamais se repetirá exatamente do mesmo modo (1988. p.146-147).

Dessa forma, essa pesquisa se enquadra na definição de pesquisa-ação colaborativa apontada por Ivana Maria Lopes de Melo Ibiapina, um tipo de pesquisa que “se diferencia de outras, sobretudo pela valorização das atitudes de colaboração e reflexão crítica.” (2008, p. 26). Além disso, pode ser classificada como uma pesquisa emancipatória, pois tem como objetivo melhorar ou modificar a compreensão de determinada realidade e as condições materiais na qual o trabalho é realizado, permitindo inter-relação dialógica entre os pares, criando uma construção coletiva do conteúdo analisado.

6.1 O olhar dos discentes extensionistas

Os estudantes que participaram da pesquisa estão matriculados em cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio e em cursos de Graduação Tecnológico e Licenciatura, sendo a maioria deles em cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio (ver Quadro 6). Atuam como Bolsistas ou Voluntários, tendo sido 9 Voluntários e 8 Bolsistas. Apesar da diferença no nível de escolaridade, em relação a este aspecto não houve distinção significativa entre falas. O mesmo se aplica ao tipo de atuação nos Projetos de Extensão, não havendo discrepância entre as falas de bolsistas e de voluntários.

Quadro 6 - Participantes na pesquisa - Estudantes

CURSO NO QUAL ESTÁ MATRICULADA/O	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	UNIDADES DE ENSINO DO IFAL
Técnico Integrado ao Ensino Médio	10	Campus Coruripe; Campus Maragogi; Campus Marechal Deodoro; Campus Penedo; Campus São Miguel dos Campos; Campus Satuba
Graduação Tecnológico	6	Campus Maceió; Campus Marechal Deodoro; Campus Satuba
Graduação Licenciatura	1	Campus Marechal Deodoro

Fonte: levantamento realizado pela própria autora

Sobre as entrevistas semiestruturadas, a primeira pergunta aborda sobre o que os motivou para a participação em Projetos de Extensão. 11 estudantes

informaram que tomaram a iniciativa, apresentando a proposta a um servidor em busca de orientação, por diversos motivos e intenções, a exemplo de: conhecer melhor a Extensão; contribuir para o desenvolvimento da comunidade; viver a experiência; conhecer melhor a cultura local; atender a interesses profissionais.

Embora no IFAL a proposta de Projeto de Extensão só possa ser submetida por servidor, muitas propostas surgem a partir da sugestão de estudantes. Algumas vezes o estudante escreve o Projeto de Extensão e o servidor apenas o apresenta para avaliação. Os outros 6 estudantes entrevistados informaram que foram convidados por professores, e que aceitaram por identificação com a temática do projeto ou com a localidade de aplicação.

A segunda pergunta, referente aos impactos da participação em suas vidas, teve respostas diversas: superação da timidez; melhoria na autoestima; percepção da importância das tradições culturais; compreensão do valor do patrimônio local; identificação profissional com a atividade; aproximação com a cultura da própria família; contato com movimentos sociais, e despertar para a consciência de classe; aperfeiçoamento da oralidade e da escrita; melhoria das habilidades nas relações interpessoais, entre outros.

Na terceira pergunta, sobre a relação com os conteúdos abordados em sala de aula, apenas um aluno respondeu que nada no Projeto de Extensão está relacionado com os conteúdos. Todos os demais apontaram relação, seja pela aplicabilidade ou pelo melhor entendimento de alguns conteúdos. Citaram história, arte, cultura, educação ambiental, português, matemática, informática, educação financeira, uso do solo, agroecologia, compostagem, conservação de alimentos, biologia, ecologia, biodiversidade, design, filosofia, sociologia, desenho, química, entre outros. Acrescentaram ainda a oralidade, a leitura de textos e a escrita de relatórios e outros materiais. Embora alguns tenham relatado melhor desempenho acadêmico, não ficou evidente que tenha sido motivado pelos professores ou pelos orientadores dos Projetos de Extensão, e sim como uma consequência espontânea. Apenas em alguns casos existe esse direcionamento para o aproveitamento dos conteúdos, geralmente quando o Projeto de Extensão está relacionado diretamente com a área profissional do curso em que estão matriculados.

Por último, a pergunta que trata dos conhecimentos e experiências relacionados à dinâmica da sociedade também teve uma diversidade de respostas: ouvir o outro e entender as dinâmicas sociais pelo ponto de vista de quem vive

determinada realidade; entender melhor questões de segurança alimentar e o papel social das instituições públicas; perceber mais as desigualdades sociais, e as diferenças de oportunidades para os diferentes grupos sociais; valorizar a comunidade local; conhecer movimentos sociais e a difícil luta dos agricultores familiares, principalmente das mulheres; entender que uma política pública pode trazer melhorias para o município e a importância de uma comunidade organizada e ciente de suas necessidades e de suas capacidades.

Entre os relatos, merece destaque o de uma estudante (Cupiúba, 2024) sobre sua participação em um Projeto de Extensão que é realizado em uma comunidade ribeirinha com predominância de mulheres marisqueiras e pescadoras, em Jequiá da Praia/AL. Segundo a estudante, essas mulheres costumavam ser discriminadas por conta do cheiro forte, característico em quem lida com mariscos e peixes, cheiro que permanece nas mãos e roupas de quem faz esse manejo. Mas, com o envolvimento nas práticas comunitárias e atividades de valorização da cultura local, elas reverteram a situação e criaram um espaço de lazer e acolhimento ao qual deram o nome de Rancho das Cheirosas, pois o cheiro de marisco e peixe passou a simbolizar a força dessas mulheres e o motivo de muito orgulho.

Alguns estudantes mencionam que passaram a ter um olhar diferente para a cultura local e para as experiências e vivências de familiares, visto que tiveram contato, alguns pela primeira vez, com práticas culturais das gerações anteriores, de pais e avós. Entenderam o significado de determinadas práticas e o que representam para a comunidade. Por isso, iniciaram ações para valorizar e manter algumas tradições locais.

Outro aspecto que aparece nas falas dos estudantes é sobre a mudança de entendimento em relação à Extensão. Alguns falaram que concordaram em fazer parte da equipe executora do Projeto de Extensão apenas para não decepcionar o professor que convidou. Entretanto, quando começaram a interagir com a comunidade, a motivação para permanecer na equipe ganhou novo sentido. Alguns participaram em vários projetos. Muitos mantêm o vínculo com a comunidade e dão continuidade ao projeto mesmo após a conclusão do curso e saída do IFAL.

Diante dos resultados apresentados nas entrevistas, tornou-se certo que o texto do Produto Educacional fosse construído com as falas dos participantes, em razão de revelarem aspectos relevantes das práticas extensionistas. Nessas falas, o fazer Extensão aparece com muita clareza, sensibilidade e emoção.

6.2 As percepções dos servidores extensionistas

Participaram da pesquisa servidores que atuam como Orientadores de Projeto de Extensão ou Coordenadores de Extensão (ver Quadro 7). Dentre eles, 13 ocupam o cargo de Professor de Ensino Básico Técnico e Tecnológico e 5 ocupam o cargo de Técnico Administrativo em Educação (TAE).

Os Orientadores de Projeto de Extensão são responsáveis pela elaboração de propostas de Projetos de Extensão, ou recebimento de propostas apresentadas por estudantes, para submissão aos editais da Proex. Precisam garantir que as atividades desenvolvidas pelos discentes, bolsistas e voluntários, se articulem diretamente à sua formação acadêmica e profissional, ou à arte e cultura quando for projeto vinculado aos Programas Institucionais de Extensão Artifal e Equipamentos Culturais, para isso devem orientar, acompanhar e validar mensalmente as atividades realizadas pelos discentes.

Quanto aos Coordenadores de Extensão, acompanham a execução de todos os Projetos de Extensão realizados na unidade de ensino em que atuam. Supervisionam a participação dos discentes, recebendo a cada mês o relatório de atividades de bolsistas e voluntários. Executam um papel de grande relevância, tendo em vista que participam do processo desde a submissão de proposta aos editais da Proex até o envio do Relatório Final de cada projeto realizado.

Quadro 7 - Participantes na pesquisa - Servidoras/es

TIPO DE ATUAÇÃO	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	UNIDADES DE ENSINO DO IFAL EM QUE TRABALHAM
Coordenadoras/es de Extensão	3	Campus Coruripe; Campus Maragogi; Campus Penedo; Campus Satuba; e Campus Viçosa.
Orientadoras/es de Projeto de Extensão	15	Campus Benedito Bentes; Campus Coruripe; Campus Maceió; Campus Maragogi; Campus Marechal Deodoro; e Campus Satuba.

Fonte: elaborado pela própria autora

Sobre as entrevistas semiestruturadas, a primeira pergunta foi “Qual o seu entendimento sobre formação humana integral?”, 12 responderam com clareza, revelando conhecimento em relação ao assunto, 2 afirmaram que não têm

conhecimento suficiente sobre o tema e 4 responderam de forma simplista, definindo como a preparação para o trabalho ou a compreensão entre o certo e o errado, desconsiderando todos os demais aspectos da formação humana integral.

Diante disso, evidenciou-se a necessidade de ampliarmos a discussão referente à Extensão como dimensão formativa. Alguns servidores responderam “Pensei que seria sobre Extensão” ou “Pensei que seria sobre meu Projeto de Extensão”, demonstrando não perceber, de imediato, a associação da pergunta com a prática extensionista. Observou-se também um entendimento sobre a educação profissional como atividade para atender demandas do mercado e, nesse sentido, a Extensão seria para preparar os estudantes para o mercado de trabalho e, conseqüentemente, o público-alvo das atividades extensionistas seria o consumidor dessa força de trabalho, conforme o seguinte trecho de uma entrevista:

Nós formamos profissionais que, quer eles atuem na área de trabalho, vão pro mercado de trabalho, ou eles ingressam na vida acadêmica indo pra faculdade, em algum momento eles vão estar voltando pra sociedade pra **trabalhar** e quanto mais cedo eles têm esse contato com o público mais a gente vai ajudar eles nesse processo, **quando eles estiverem no mercado de trabalho** no futuro. Além de devolver uma contribuição para a sociedade dos trabalhos que o IFAL produz no Ensino e na Pesquisa (Mulungu, 2024, grifo nosso).

A segunda pergunta, sobre a formação humana integral inserida em Projetos de Extensão, foi apresentada de forma objetiva para ser respondida "sim" ou "não", e apenas um servidor respondeu "não", por entender a formação humana integral como a integralidade das dimensões física, emocional, espiritual e relacional, considerando difícil um projeto se inserir bem em tantas áreas. Os demais responderam "sim", mas nem todos conseguiram comentar ou fornecer exemplos.

A terceira pergunta trata sobre a motivação dos estudantes para a participação em Projetos de Extensão. Segundo 11 servidores, a principal motivação dos estudantes seria o recebimento da bolsa como ajuda financeira. Entre os demais, 4 entendem que seja o aproveitamento da carga horária como Prática Profissional, para substituir o estágio, e apenas 3 consideram que a motivação dos estudantes tenha relação com interesses de formação acadêmica.

A quarta pergunta, sobre novas práticas sistematizadas para a participação dos estudantes em Projetos de Extensão, a maioria respondeu que deveria haver mais apoio financeiro para a compra de material, oferecer maior número de bolsas para os estudantes, e garantir disponibilidade de transporte para viabilizar a

realização dos Projetos de Extensão. Outras sugestões dos servidores foram: formação para os servidores entenderem melhor o que é a formação humana integral; maior diálogo entre Ensino, Pesquisa e Extensão; buscar solução para a falta de disponibilidade de tempo dos estudantes, tendo em conta que têm muitas atividades; palestras sobre a Extensão e como pode agregar valor para os estudantes; cotas para Projetos de Extensão, por dimensão formativa - física, emocional, espiritual e relacional; criação de grupos de Extensão, da mesma forma que existem grupos de Pesquisa, para incentivar a participação de servidores; uso de recursos tecnológicos para acompanhamento da execução dos Projetos de Extensão, como alertas para o envio de documentos; e premiação das ações que tiverem melhor avaliação geral de desempenho.

A quinta pergunta, a respeito do uso dos espaços formativos na perspectiva da formação humana integral, 4 responderam que são utilizados vários espaços, como cantinas e laboratórios, para a realização de práticas extensionistas e também para divulgação e avisos. Os demais participantes apresentaram respostas diversas: espaços segregados, e por essa razão pouco aproveitados para a Extensão; reprodução do espaço institucional em escolas municipais e estaduais; falta formação para os servidores, orientando sobre o melhor aproveitamento dos espaços; espaços físicos precisando de melhorias e a necessidade de mais investimento financeiro.

A última pergunta, sobre a contribuição da participação dos estudantes em Projetos de Extensão para o entendimento de conteúdos abordados em sala de aula, 12 servidores informaram que orientam os estudantes buscando sempre essa aproximação com os conteúdos. Um deles falou que costuma sugerir atividades relacionadas a conteúdos que ainda não foram trabalhados em aula, dessa forma os alunos compreendem melhor os assuntos devido a experiência extensionista. Os outros 6 não identificaram conexão entre conteúdos e a prática extensionista, com respostas como: os alunos não têm interesse na parte técnica, só estão interessados na preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); o aluno fica relaxado com as disciplinas quando está participando de Projeto de Pesquisa ou Extensão; deveria haver um componente curricular no início do curso, para preparar os estudantes para a participação em Projetos de Extensão.

Observou-se, nas falas dos servidores, muita confusão conceitual acerca de Estágio e Extensão. Para alguns, seria a mesma coisa. Embora os alunos só

possam atuar como bolsistas ou voluntários, houve servidor que se referiu a eles como estagiários em Projetos de Extensão. Provavelmente, essa confusão se dá porque no IFAL a busca por oportunidades de estágio é uma atividade atribuída à Pró-reitoria de Extensão, por estar em constante diálogo com a comunidade externa. Todavia o estágio tem objetivos, regulamentos e legislação própria, assim como a Extensão. Portanto, ampliar as oportunidades de estágio é uma atividade de extrema relevância, mas não é o mesmo que realizar Projetos de Extensão.

Outro aspecto dessa questão é o aproveitamento de carga horária. Quando previsto no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), a atividade extensionista pode ser aproveitada como Prática Profissional, substituindo o estágio, caso a atividade esteja diretamente relacionada com a formação profissional. Entretanto, esse não deveria ser o motivo para propor um Projeto de Extensão, e sim um desdobramento, um uso secundário, prevalecendo como prioridade da Extensão o atendimento de demandas da sociedade e às diretrizes da Extensão.

Outro ponto abordado pelos servidores expõe a necessidade de rever a importância de diversificar os Projetos de Extensão, aumentando a realização de projetos em algumas áreas temáticas. Atualmente a maioria dos projetos se concentra na área de Educação. Segundo um servidor entrevistado,

Existe uma tendência de ocupar espaços que reproduzem o nosso espaço no IFAL. A maior parte dos Projetos de Extensão sempre acontece em escolas [...], onde o professor extensionista, ele se sente mais à vontade porque é o espaço onde ele está acostumado [...] falta iniciativas de ocupar outros espaços para além do espaço escolar. (Ingá, 2025)

Além disso, muitos falaram sobre a falta de incentivo para a participação dos servidores Técnicos Administrativos em Educação (TAE). Para o TAE a Extensão seria mais uma atividade ampliando a carga horária de trabalho, pois não é tratado como parte das suas atividades, e geralmente precisam executar as atividades fora do horário de expediente, enquanto os docentes podem incluir no Plano Individual de Trabalho (PIT) contando como horário de trabalho. Considerando que no quadro de servidores ativos do IFAL existem técnicos com formação em diversas áreas, o envolvimento deles poderia contribuir muito para a Extensão. Na área de saúde, por exemplo, enfermeiros, assistentes sociais, psicólogos, entre outros, poderiam executar Projetos de Extensão atendendo a muitas demandas regionais.

6.3 Comum aos dois grupos de participantes

Embora o direcionamento das entrevistas semiestruturadas tenha sido diferente para cada grupo, sendo aos estudantes perguntas sobre a experiência de participação em Projeto de Extensão e aos servidores a respeito do processo educativo que envolve a realização de Projetos de Extensão, duas perguntas foram repetidas aos dois grupos, com respostas divergentes entre eles.

A primeira pergunta igual aos dois grupos foi sobre a motivação dos estudantes para a participação em Projetos de Extensão. Para os estudantes a motivação estaria relacionada a interesses acadêmicos, profissionais ou culturais. Entretanto, para os servidores a principal motivação dos estudantes seria financeira, seguida de aproveitamento da carga horária. As respostas indicam que estudantes e servidores têm pontos de vista diferentes sobre o que seria estímulo para a participação dos estudantes.

A outra pergunta que também foi apresentada aos dois grupos foi a respeito da contribuição, da participação dos estudantes em Projetos de Extensão, para o entendimento de conteúdos abordados em sala de aula. Enquanto para os estudantes a aproximação das práticas extensionistas com os conteúdos parece muito evidente, para alguns servidores isto não parece tão óbvio. Observamos que os servidores, que dizem fazer essa relação entre as práticas extensionistas e os conteúdos do curso, são os mesmos que responderam com clareza sobre a formação humana integral na primeira pergunta feita aos servidores.

Nesta análise, buscando pontos em comum ou pontos divergentes nas respostas, levamos em consideração a espontaneidade dos participantes, uma vez que não houve conhecimento prévio das perguntas. Em alguns momentos foi possível perceber o entrevistado buscando na memória a informação, e revivendo as situações. Claramente, há uma diferença de intencionalidades e de percepções entre os dois grupos participantes.

O estudante fala da experiência pessoal, e escolhe lembrar os momentos que foram mais impactantes, geralmente envolvendo descobertas e emoções, e também demonstram um amadurecimento intelectual que atribuem a prática extensionista. Para eles, é evidente uma demonstração de contentamento e até de gratidão pela oportunidade. Falam das dificuldades de forma branda, suavizando seus impactos, por considerar os aspectos positivos muito compensadores.

Por outro lado, o servidor fala com base em uma experiência coletiva, geralmente não fala apenas de si, mas em nome da coletividade que representa. Dessa forma, trata as questões apresentadas a partir da vivência profissional que envolve muitas discussões e leituras sobre a indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, ciente de que no fazer cotidiano do processo educativo cada um desses pilares, mesmo que sejam fundamentais, acontecem muitas vezes de modo dissociado. Ao relatar suas experiências o fazem contextualizando em sua prática profissional, e relatam as dificuldades na busca por avanços e superações.

Destaca-se como ponto comum aos dois grupos a fala sobre a necessidade de mais incentivo para a Extensão, para aumentar o número de projetos e também para criar condições favoráveis à continuidade dessas ações. Nesse sentido, estudantes e servidores relataram que seria importante aumentar a quantidade de bolsas, ter mais investimentos financeiros para compra de materiais e equipamentos, e solucionar a questão do transporte. O transporte é necessário tanto para os deslocamentos aos locais de realização das atividades, como também para trazer membros da comunidade para conhecer o IFAL, visitar o campus e suas instalações, os laboratórios, a biblioteca, o Núcleo de atendimento às pessoas com necessidades específicas (NAPNE) e outros espaços, promovendo assim maior proximidade entre a instituição e a sociedade.

Finalizando, conclui-se que os dois grupos consideram positiva a experiência com a Extensão. Uma servidora utilizou a metáfora do “bichinho da Extensão” para descrever o envolvimento emocional e intelectual que acomete a maioria das pessoas engajadas nas práticas extensionistas. De modo geral, os entrevistados expressaram entusiasmo ao se referirem à Extensão, reconhecendo-a como um elemento central no processo de transformação e desenvolvimento tanto da sociedade quanto da instituição.

7 PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional (PE) é um Diário do Extensionista, com o objetivo de sensibilizar os alunos do IFAL para a participação em Projetos de Extensão, demonstrando a importância dessa participação para o seu processo formativo. Utilizamos a tipologia diário de pesquisa, por ser um gênero textual com a função de registrar fatos, reflexões ou anotações referentes ao cotidiano de uma pessoa, seja no âmbito íntimo, acadêmico ou profissional. Desse modo, recortes das falas dos participantes serviram para a construção de três dos cinco capítulos que compõem o PE. O extensionista fala por si, assumindo o protagonismo do seu papel. Nesses três capítulos, a voz dos extensionistas é intercalada por imagens relacionadas a Projetos de Extensão.

Este Produto Educacional, em formato de livro digital, deverá ser repassado a todo ingressante em cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio no IFAL, ficando disponível para os demais alunos e para os gestores, Coordenadores de Extensão, Orientadores de Projetos de Extensão e demais servidores interessados nas atividades extensionistas. Estará disponível em Repositório institucional, com acesso público e gratuito, e em outros canais oficiais de comunicação do IFAL.

A escolha do formato de livro digital está relacionada à facilidade de acesso e a possíveis atualizações futuras, pois no quarto capítulo, “Como participar em um Projeto de Extensão no IFAL”, estão informações práticas e links de documentos necessários para a execução de Projetos de Extensão. Por serem informações sobre documentos e processos operacionais, podem passar por alterações futuras que poderão ser facilmente atualizadas no PE.

Sobre o título escolhido, entendemos que ele deveria ter dupla função. Destacar e valorizar a experiência de quem faz Extensão no IFAL, e também ser atraente e convidativo para os estudantes ingressantes no IFAL, instigando para que proponham novos projetos. Por isso, o título é Diário do Extensionista, entre práticas e aventuras.

Para manter o anonimato dos participantes, nomes de espécies representativas da flora alagoana substituíram os nomes reais das pessoas que participaram da pesquisa. Dessa forma, os participantes da pesquisa receberam os nomes que constam no Quadro 8.

Quadro 8 - Nomes fictícios dos participantes na pesquisa

GRUPO DE ESTUDANTES		
Nome	Tipo de Participação	Nível do Curso em que está matriculado
Aguapé	Aluno Bolsista	Técnico Integrado ao Ensino Médio
Amendoeira-da-praia	Aluno Bolsista	Técnico Integrado ao Ensino Médio
Amescla	Aluna Bolsista	Técnico Integrado ao Ensino Médio
Angelim	Aluna Voluntária	Técnico Integrado ao Ensino Médio
Aninga	Aluno Bolsista	Graduação Tecnológico
Avelós	Aluna Voluntária	Graduação Tecnológico
Baraúna	Aluno Voluntário	Graduação Tecnológico
Bromélia	Aluna Bolsista	Graduação Tecnológico
Cacto pé-de-mamão	Aluna Bolsista	Técnico Integrado ao Ensino Médio EJA
Carnaúba	Aluno Voluntário	Graduação Licenciatura
Craibeira	Aluna Voluntária	Técnico Integrado ao Ensino Médio
Cupiúba	Aluna Voluntária	Técnico Integrado ao Ensino Médio
Manguba	Aluna Voluntária	Técnico Integrado ao Ensino Médio
Mangue-branco	Aluno Voluntário	Técnico Integrado ao Ensino Médio
Pau d'Arco	Aluna Bolsista	Técnico Integrado ao Ensino Médio
Pau ferro	Aluna Bolsista	Graduação Tecnológico
Tucum	Aluna Voluntária	Graduação Tecnológico
GRUPO DE SERVIDORES		
Nome	Cargo	Função na Extensão
Aroeira	Docente	Coordenador de Extensão
Cedro-vermelho	Docente	Orientador de Projeto de Extensão
Cipó	Docente	Orientadora de Projeto de Extensão
Imbaúba	Docente	Orientador de Projeto de Extensão
Imbiriba	TAE	Orientadora de Projeto de Extensão
Imburana-de-cheiro	Docente	Coordenador de Extensão
Ingá	Docente	Coordenador de Extensão
Jatobá	Docente	Orientador de Projeto de Extensão
Jerivá	Docente	Orientador de Projeto e Coordenador de Extensão
Maçaranduba	Docente	Orientador de Projeto de Extensão
Mandacaru	TAE	Orientadora de Projeto de Extensão
Mesquite	Docente	Orientadora de Projeto de Extensão
Mulungu	TAE	Orientadora de Projeto de Extensão
Rabo-de-bugio	Docente	Orientador de Projeto de Extensão
Sapucaia	Docente	Orientador de Projeto de Extensão
Taquara	Docente	Orientadora de Projeto de Extensão
Umbuzeiro	TAE	Orientador de Projeto e Coordenador de Extensão
Urucum	TAE	Orientador de Projeto de Extensão

Fonte: elaborado pela própria autora

Sobre a elaboração do Produto Educacional, durante as entrevistas foram aparecendo pontos relevantes ao tema, que se repetiam em muitas falas. Na análise das entrevistas esses pontos resultaram em agrupamentos, posteriormente transformados em 3 capítulos do livro: Descobrimo o que é Extensão; Extensão no itinerário formativo dos Cursos Técnicos Integrados; A Extensão e o mundo do trabalho.

Para a capa foi utilizada a foto de um estudante do IFAL, que participou dos Projetos de Extensão: “Mulheres da LagoaMar: Mapeamento de Referências Culturais da RESEXMar da Lagoa do Jequiá” e “Mulheres da LagoaMar: Realização do Inventário Nacional de Referências Culturais da RESEXMar da Lagoa do Jequiá”, como bolsista e como voluntário.

Esses Projetos de Extensão, que estão tendo continuidade e desdobramento em outros projetos, são executados em Jequiá da Praia/AL, em parceria com a Associação de Mulheres em Ação de Jequiá da Praia (AMAJE), a Associação de Mulheres Muquequeiras e Pescadoras de Lagoa Azeda (AMMPLA), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)/Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá (RESEX) e a Associação dos Barqueiros de Jequiá da Praia (ASBARQUES). São projetos nas seguintes áreas temáticas: Cultura, Trabalho e Meio Ambiente. Estão relacionados ao turismo regional, numa perspectiva de turismo de base comunitária, que trata sobre sustentabilidade e preservação ambiental, sociocultural e econômica.

Na foto da capa, o estudante Vitor Manoel Ferreira dos Santos, matriculado no curso de Graduação Tecnológico em Gestão de Turismo, do Campus Maceió/IFAL, está atuando profissionalmente, conduzindo pessoas para conhecer as belezas naturais do local e também um pouco da cultura e das tradições locais. Ele é nativo da região e vem aprimorando seus conhecimentos e ampliando seu desempenho no mundo do trabalho, no turismo de base comunitária, diversificando o leque de serviços, atraindo novos colaboradores e contribuindo para o desenvolvimento local e regional.

O turismo de base comunitária é um exemplo de economia solidária, não predatória e contra-hegemônica, que busca o desenvolvimento sustentável envolvendo a todos na comunidade e compartilhando os resultados das atividades produtivas. Envolve várias atividades como criação de rotas turísticas, produção de alimentos, montagem de acampamentos, divulgação e venda de produtos locais,

artesanato, pesca, hospedagem, acolhimento, entre outras. Assim, é importante para a geração de renda, para a preservação ambiental e para a valorização das tradições culturais das comunidades nativas.

Figura 2 - Capa do Produto Educacional



Em seguida, para ampliar e dar mais forma as vozes dos extensionistas, foram incluídas fotos e imagens. Uma imagem é um recorte do livro “A menina do Lugar: Coruripe”, resultado do Projeto de Extensão “A menina do lugar: raízes da minha terra, histórias para crianças”, submetido ao Edital PROEX nº 04/2022. Esse é um projeto de grande relevância pois trata sobre a história e a cultura das cidades alagoanas Coruripe e União dos Palmares, na perspectiva de crianças desses lugares que contam suas histórias, resultando na elaboração de livros lúdicos, construídos coletivamente a partir das histórias contadas pelas crianças. Este projeto estimula o sentimento de pertencimento e a autoestima das meninas, além de promover o incentivo à leitura e à criatividade. É um dos projetos que tem continuidade, e também ampliação da área de abrangência.

A outra imagem foi criada com ajuda da Inteligência Artificial Napkin, para representar a integração de conteúdos e de conhecimentos na prática extensionista, que culmina na formação humana integral, e a adaptação necessária para participar no fazer cotidiano das comunidades, conforme uma das entrevistadas:

A realidade não é tão condizente com o que a gente aprende na teoria e a gente precisa se adaptar. Eu aprendi a me comunicar melhor, eu aprendi a falar melhor com as pessoas, a saber me adaptar. Adaptação eu acho que é o que resume a extensão, é você aprender a se adaptar à realidade do outro. (Tucum, 2025)

As fotos escolhidas representam várias situações da práxis extensionista, como eventos de cultura, eventos científicos, atividades de planejamento, entre outros. Foram utilizadas 15 fotos, conforme descritas a seguir.

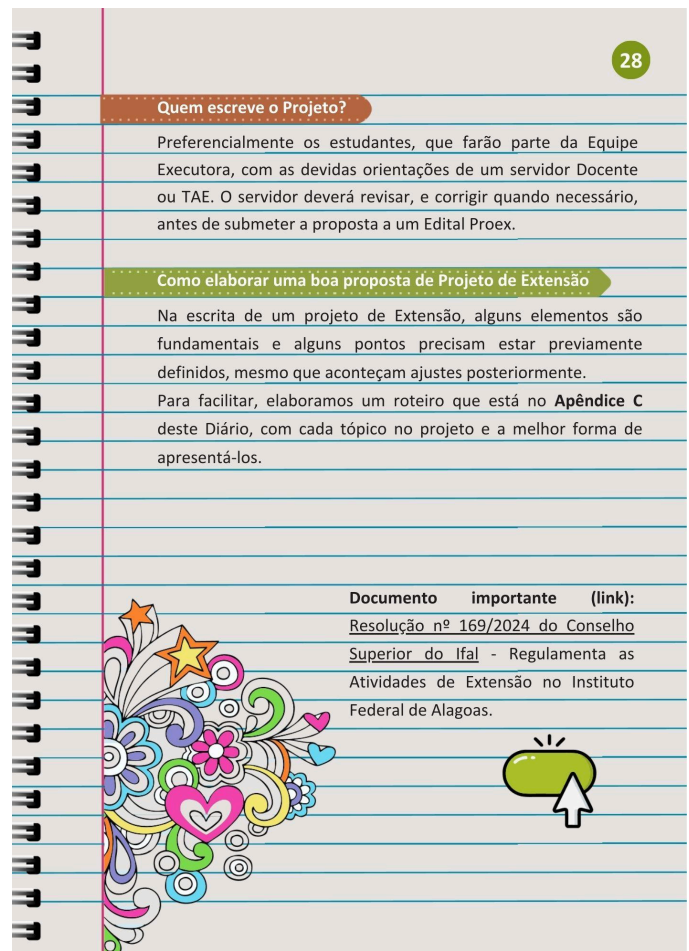
1. Oficina de Levantamento das Referências Culturais da RESEX/Jequiá da Praia-AL. Neste evento, estiveram presentes servidores e estudantes extensionistas, do Campus Coruripe, do Campus Maceió, e da CPPE/Proex, numa prática essencial à Extensão que é conhecer as pessoas, suas demandas e potencialidades, para estabelecer vínculo com a comunidade.
2. Área de produção do Projeto de Extensão “Horta comunitária como instrumento de apoio à segurança alimentar e nutricional e à geração de renda” (Edital Proex 2023). Este projeto é embasado nas teorias da agroecologia, atende 13 pequenos agricultores para capacitá-los no manejo da agricultura orgânica e comercialização dos produtos, contribuindo para o acesso à renda e inclusão social. Envolve alunos e docentes das áreas de

Biologia, Geografia, Química e Sociologia do Campus Coruripe/IFAL. Este é um projeto que tem continuidade.

3. Projeto de Extensão vinculado ao Programa Artifal “Biu das Artes” (Edital Proex 2024), produção cênica teatral e, conseqüentemente, as demais expressões artísticas que compõem esta linguagem artística: música, cenografia, adereço, dança, sonoplastia, arte digital, etc.
4. Projeto de Extensão vinculado ao Programa Mulheres Empreendedoras “Capacitação de Mulheres na Produção e Comercialização de Doce de Leite e Queijo Artesanal na feira livre de União dos Palmares - AL” (Edital Proex 2024). Realizam práticas de produção de alimentos, como queijo coalho, iogurte e doce de leite. As mulheres adquirem conhecimentos sobre higienização, manipulação segura e técnicas específicas de preparo, consolidando habilidades que utilizam em suas rotinas de trabalho, fortalecendo a autonomia e a confiança.
5. Projeto de Extensão vinculado ao Programa Artifal “Artifal na praça: apresentações musicais no município de Penedo” (Edital Proex 2024), que valoriza o talento musical de jovens da cidade de Penedo/AL, com vistas ao desenvolvimento de suas capacidades cognitivas e afetivas.
6. Representantes da comunidade participam em um evento no Campus Coruripe/IFAL. Emblemático e significativo momento de integração da instituição com a sociedade. Em momentos assim, é comum ouvir das pessoas o quanto se sentem prestigiadas e orgulhosas por estar no IFAL. Esta atividade está relacionada ao Projeto de Extensão “Horta comunitária como instrumento de apoio à segurança alimentar e nutricional e à geração de renda” (Edital Proex 2023).
7. Banner com resultados de Projeto de Extensão, para apresentação em eventos científicos. Neste constam dados do projeto “Ecodetergente: Utilização de óleo vegetal para preparação de detergente biodegradável” (Edital Proex 2024), que realiza a fabricação artesanal de detergente biodegradável utilizando óleo vegetal residual ou limpo. Contribui para a redução da poluição dos mananciais e reservatórios e promove a preservação do meio ambiente, aplicando as práticas de reciclagem e reutilização. Também aproxima a instituição da comunidade durante a coleta do óleo.

8. Evidência o Fluxograma do logurte, um material didático elaborado no projeto, para facilitar a aplicabilidade no trabalho no Projeto de Extensão vinculado ao Programa Mulheres Empreendedoras “Capacitação de Mulheres na Produção e Comercialização de Doce de Leite e Queijo Artesanal na feira livre de União dos Palmares - AL” (Edital Proex 2024).
9. Atividade de campo relacionada aos Projetos de Extensão vinculados ao Programa Mulheres Empreendedoras “Ecos da Ribeira: Extensão Popular e as Mulheres Marisqueiras e Artesãs de Jequiá da Praia/Al”, que em 2023 iniciou a aproximação do IFAL com a comunidade ribeirinha de Jequiá da Praia/AL, e “Amigas da Lagoa: Sustentabilidade Social e Empoderamento das Mulheres da AMAJE” (Edital Proex 2024).
10. IV Festival de Arte do IFAL, realizado em Penedo/AL entre os dias 4 e 6 de dezembro de 2024, com o objetivo fomentar a produção artístico-cultural dos estudantes e servidores do Ifal, regulamentado pelo Edital Proex nº 23/2024.
11. Apresentação de alguns resultados do Projeto de Extensão “Ecodetergente: Utilização de óleo vegetal para preparação de detergente biodegradável.” (Edital Proex 2024), no Laboratório de Química do Campus Satuba/IFAL.
12. Projeto de Extensão vinculado ao Programa Agricultura Familiar “Quintal Produtivo no Sistema PAIS” (Edital Proex 2023), no qual são realizadas práticas agroecológicas com produtores rurais da Comunidade do Assentamento Nova Jerusalém, na zona rural do município de Maragogi/AL.
13. Projeto de Extensão vinculado ao Programa Agricultura Familiar “Do campo à mesa - Intercâmbio gastronômico e produção audiovisual com mulheres camponesas” (Edital Proex 2024), intercâmbio de saberes com o Movimento de Mulheres Camponesas de Alagoas (MMC-AL), por meio da criação e ampla divulgação de receitas a partir dos insumos cultivados nos assentamentos rurais agroecológicos, tais como raízes, frutas e verduras.
14. Evento de Extensão “I Dia de Campo sobre a Cultura do Girassol Ornamental de Corte de Maragogi/AL”. Divulgação de tecnologias e práticas agropecuárias sustentáveis voltadas para o meio rural, importante na geração de emprego e renda para os produtores regionais de flores.
15. Na contracapa foi utilizada a foto da 1ª Corrida de Barcos à Vela para Mulheres, organizada e realizada pela AMAJE.

Figura 3 - Páginas 11 e 28 do Produto Educacional



A concepção do PE reflete a observação sobre a minha própria prática profissional, como Coordenadora de Programas e Projetos de Extensão, e está atrelada às questões de pesquisa a respeito do impacto no itinerário formativo dos estudantes que participam em Projetos de Extensão e sobre a relação das práticas extensionistas no IFAL e o mundo do trabalho. Assim, as respostas a essas questões de pesquisa aparecem nas falas dos extensionistas participantes.

Sobre o impacto no itinerário formativo dos estudantes podemos exemplificar com os seguintes trechos: “formação cidadã, que é algo que está na Lei de Bases Diretrizes da Educação, que não é apenas o conteúdo passado em sala de aula, mas sim toda a vivência que está por trás disso [...] de formação de caráter mesmo.” (Imbaúba, 2024), que demonstra a percepção de muitos servidores sobre a questão, apresentando uma resposta positiva, e “O projeto de extensão me mostrou a importância do curso, porque as técnicas que eu aprendi, que estou aprendendo, estão sendo usadas no próprio projeto.” (Cacto pé-de-mamão, 2024), neste caso a visão da maioria dos estudantes, também respondendo positivamente.

Quanto à relação das práticas extensionistas no IFAL e o mundo do trabalho, a resposta aparece nas falas, principalmente dos estudantes: “um dos projetos que eu participei foi uma assistência técnica, uma consultoria. Então, isso tudo enriquece o lado profissional.” (Pau ferro, 2025), “nos ensina a conviver entre pessoas, a viver em grupos, a partilhar, a saber ouvir e a saber falar.”(Cupiúba, 2024), “A gente aprendeu a fazer manteiga, foi uma ajuda bem grande, já que a gente é [do curso de] agroindústria, quando a gente foi fazer a prática, a gente já sabia.” (Manguba, 2025) e “Me ensinou bastante sobre sustentabilidade. O lixo, principalmente os metais, impactam a vida no meio ambiente. Eu vou levar isso pra minha vida, é algo que eu realmente gosto de trabalhar, e eu me sinto feliz trabalhando nisso”. (Amescla, 2024).

Este Produto Educacional poderá ser utilizado em diferentes contextos, podendo ser adaptado a outras situações, tendo em vista seu formato inovador ao dar a voz dos extensionistas um espaço de destaque. É uma produção que surge como uma demanda espontânea, a partir da minha curiosidade científica e interesse profissional sobre o tema. Quanto ao objetivo, pode ser classificado como de alto impacto, à medida que propõe solução de um problema previamente identificado, que é a dificuldade de estudantes e servidores para apresentar boas propostas de

Projetos de Extensão. Algumas propostas são eliminadas ou reprovadas por não convencer que atenderá a uma demanda social, não demonstrar o impacto social esperado, o mérito e relevância do projeto que está sendo proposto e, na maioria das vezes, não apresentar adequação da metodologia. Este Produto educacional, além de motivar os estudantes ingressantes para participação em Projetos de Extensão, também apresenta informações necessárias para que o estudante possa participar de seleções em editais da Proex/IFAL e de outras Instituições de Ensino. Conhecendo melhor a dinâmica das práticas extensionistas, poderão propor projetos em diversas áreas temáticas e em regiões que ainda não foram contempladas pela Extensão no âmbito do IFAL.

Em relação à abrangência, embora a pesquisa tenha um recorte regional, este PE poderá ser aproveitado por outras Instituições de Ensino, em qualquer lugar, principalmente em Institutos Federais de Educação, pois as vozes que ecoam nele trazem muitas informações relevantes sobre a Extensão, que ultrapassam os aspectos regionais. Além disso, no penúltimo capítulo foram acrescentadas orientações teórico-práticas, com o objetivo de contribuir para o melhor aproveitamento do potencial da Extensão como um dos pilares da Educação.

Figura 4 - Página 40 e Contracapa do Produto Educacional



8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no referencial teórico, destacamos os principais fundamentos que embasaram esta pesquisa, e seus respectivos autores: a formação omnilateral, do homem integral ou desenvolvido em todas as direções, na concepção apontada por Antonio Gramsci; o trabalho como princípio educativo, sendo este a essência do homem e a capacidade de atender suas necessidades, produzindo sua vida material, no entendimento de Dermeval Saviani; a educação libertadora e a importância do meio social e produção cultural para a promoção das aprendizagens, de acordo com Lev Semionovitch Vygotsky e Paulo Freire; a educação profissional como parte do campo da ciência da educação, conforme Acácia Zeneida Kuenzer; a emancipação humana e as diversas dimensões ontológicas do ser, em áreas como moral, ética, criatividade artística, e nos âmbitos racional-cognitivo, afetivo, emocional e relacional, segundo Maria Ciavatta; e a política da educação profissional no Brasil, consoante Marise Nogueira Ramos.

Dessa forma, fundamentada nas teorias da Pedagogia Histórico-cultural e da Pedagogia emancipatória, ambas centradas no diálogo e no desafio para questionar a realidade, formando cidadãos críticos e conscientes por meio da interação entre as pessoas e suas vivências, esta pesquisa aponta para um modelo de Extensão que poderá ser um direcionamento para as nossas práticas profissionais na Educação. Extensão que envolve a comunidade e questiona as estruturas de poder, promovendo educação dialógica e problematizadora, partindo da realidade apresentada, produzindo conhecimentos que não necessariamente precisam ser novos, mas precisam ser adequados às reais necessidades da sociedade.

Assim, atendendo ao primeiro objetivo específico, a revisão bibliográfica das bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica e dos princípios da educação humana integral demonstrou a importância da educação emancipatória e libertadora, que produza conhecimentos que promovam a autonomia dos estudantes, na inter-relação teoria e prática. Nesse sentido, a Extensão dispõe de ferramentas e instrumentos práticos para efetivar esse modelo de educação, com ações voltadas para o desenvolvimento sustentável e para a inclusão social e produtiva, contribuindo para a superação da relação de subordinação das classes trabalhadoras.

Cumprindo o segundo objetivo específico, examinar o papel da Extensão na Educação Profissional no Brasil, foi possível identificar mudanças de concepções e do papel da Extensão ao longo dos últimos anos, destacando-se alguns marcos.

Na década de 1930, a Extensão teve a função de difundir conhecimentos e informações, visando moldar a população aos interesses do governo, e funcionava como vitrine para as universidades, se impondo junto a sociedade como detentoras do conhecimento válido, de forma invasiva e unilateral.

Nos início dos anos 1960, com base nas teorias de Paulo Freire, a Extensão passou a ter a finalidade da transformação social. Mas logo esse avanço foi interrompido pela ditadura civil-militar de 1964 e a Extensão passou a ter uma característica assistencialista, retomando também a função de moldar a população aos interesses do governo.

Em 1987 foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – FORPROEX e as discussões sobre a Extensão ganharam força numa perspectiva de Educação Popular, e aos poucos foi se fortalecendo passando a ter como principal objetivo a interação com a sociedade e a troca de saberes, de forma multidisciplinar e transdisciplinar.

Como todo processo histórico e social, as mudanças não acontecem de modo estanque, e vão acontecendo em um movimento com avanços e retrocessos. No IFAL, por exemplo, ainda são apresentadas propostas de Projetos de Extensão com o objetivo apenas de divulgar a própria instituição, os seus cursos ou um curso específico. Da mesma forma, propostas com caráter assistencialista, para ajudar a comunidade sem estabelecer interação, entregando algum serviço ou produto sem dialogar com a comunidade sobre o uso desse serviço ou produto.

Com relação ao terceiro objetivo específico, ao analisar documentos como o PDI, o PPPI e alguns normativos no IFAL, buscando a visão institucional sobre a Extensão, fica evidente um alinhamento com a educação humana integral. No Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) os objetivos estratégicos relacionados à Extensão são: ampliar e fortalecer a rede de relacionamento com setores público e privado, comunidade, arranjos/grupos sociais e culturais, com vistas ao intercâmbio de experiências e ao estabelecimento de ações formativas e de colaboração; e fortalecer a integração das ações de Ensino, Pesquisa e Extensão como princípio educativo e pedagógico.

Foram analisados também o PPPI, as Diretrizes Institucionais para os

Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio e a Resolução nº 169/2024 do Conselho Superior do IFAL. Observa-se que todos estes documentos direcionam as atividades institucionais no sentido da formação cidadã, da formação humana integral, que considera todos os aspectos do ser. Nesses documentos, o papel da Extensão é sempre destacado como parte do processo educativo.

A Resolução nº 169/2024 do Conselho Superior do IFAL apresenta as seguintes diretrizes para a Extensão no IFAL (Art. 2º, p. 2):

- I - contribuir para o desenvolvimento da sociedade, constituindo um vínculo que estabeleça troca de saberes, conhecimentos e experiências para a constante avaliação e vitalização da pesquisa e do ensino;
- II - interagir de forma sistematizada com a comunidade externa, por intermédio da participação dos(as) servidores(as) e estudantes do IFAL;
- III - integrar o ensino e a pesquisa às demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo mecanismos que inter-relacionem o saber acadêmico e o saber popular;
- IV - propiciar a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;
- V - incentivar a produção de mudanças na própria instituição e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;
- VI - promover atividades que oportunizem o acesso à educação profissional estabelecendo mecanismo de inclusão;
- VII - colaborar para o fortalecimento da identidade institucional do IFAL, desempenhando papel de agente transformador da realidade local e regional;
- VIII - estimular o empreendedorismo, cooperativismo e associativismo através de atividades de formação, orientação e acompanhamento, tais como cooperativas, empreendimentos solidários e empresas juniores;
- IX - promover a inovação e o desenvolvimento de novas tecnologias numa perspectiva de sustentabilidade;
- X - incentivar atividades na área de tecnologia assistiva, promovendo inclusão.

Atendendo ao quarto objetivo específico desta pesquisa, foi efetuado o levantamento de dados institucionais relacionados à Extensão no período de 2019 a 2024. Destaca-se alguns fatos relacionados à formação humana integral, como a criação dos Programas Institucionais de Extensão Agricultura Familiar (PEAF) e Mulheres Empreendedoras, em 2020, e do Programa Institucional de Extensão Economia Solidária (ECOSOL) em 2024, que corroboram o alinhamento com esse modelo de educação.

Sobre a execução desses Programas Institucionais de Extensão, em 2020 e 2021 não aconteceu por causa da pandemia e nos anos seguintes a quantidade de Projetos de Extensão vinculados a esses Programas esteve atrelada a disponibilidade orçamentária, que garante uma quantidade mínima, e às submissões

de propostas (ver Quadro 9). Devido a possibilidade de remanejamento dos recursos financeiros, por não ser definida a quantidade de vagas e sim o limite orçamentário por Programa, todas as propostas aprovadas para estes Programas tiveram bolsas custeadas pela Proex.

Quadro 9 - Programas ECOSOL, Mulheres Empreendedoras e PEAFA, no período de 2022 a 2024

Ano 2022		
Programa de Extensão	Quantidade mínima	Quantidade de Propostas Aprovadas
Agricultura Familiar	17	17
Mulheres Empreendedoras	17	6
Ano 2023		
Programa de Extensão	Quantidade mínima	Quantidade de Propostas Aprovadas
Agricultura Familiar	20	28
Mulheres Empreendedoras	20	7
Ano 2024		
Programa de Extensão	Quantidade mínima	Quantidade de Propostas Aprovadas
Agricultura Familiar	18	15
Economia Solidária	16	13
Mulheres Empreendedoras	7	8

Fonte: levantamento realizado pela própria autora

Um ponto que merece destaque nesse levantamento de dados institucionais é a quantidade de estudantes no IFAL que participam das práticas extensionistas. Considerando apenas os Editais da Proex para Programas e Projetos, excluindo a participação em outros Editais da Proex, editais com financiamento externo e Editais para a PEIC nos cursos de graduação, apesar dos sucessivos cortes orçamentários, a participação discente vem retomando o crescimento, desde 2022, sendo a maioria na função de aluno voluntário. Dados significativos, pois esta pesquisa demonstra que a participação do estudante em Projeto de Extensão contribui para aprimorar a capacidade de refletir sobre os fenômenos sociais, para modificar a própria realidade e colaborar para as transformações da sociedade.

O quinto e último objetivo específico, elaborar o Produto Educacional (PE), foi alcançado a partir das falas dos participantes na pesquisa, estudantes e servidores extensionistas no IFAL, o Diário do Extensionista com os registros das vozes de quem faz Extensão no IFAL e um convite a novas participações em

Projetos de Extensão.

Quanto ao objetivo geral, de analisar a participação dos estudantes e servidores em Projetos de Extensão no IFAL a partir da concepção de educação profissional e tecnológica humana integral, foi possível alcançá-lo com a realização de entrevistas semiestruturadas, resultando em respostas para as questões de pesquisa: qual a relação das práticas extensionistas no IFAL e o mundo do trabalho; e como a participação em Projeto de Extensão pode contribuir para a formação humana integral dos estudantes do IFAL.

No que diz respeito ao mundo do trabalho, os relatos dos estudantes extensionistas permitem importantes ponderações como: os impactos ambientais e sociais decorrentes das atividades profissionais; as inter-relação teoria e prática nas atividades profissionais; os novos olhares e ressignificações de práticas produtivas; a superação do comportamento sexista existente em algumas profissões; o trabalho como elemento de construção das identidades; o valor da experiência coletiva e do trabalho comunitário; o reconhecimento das desigualdades sociais e busca de equidade de oportunidades para a classe trabalhadora; a arte e cultura compreendidas como atividades produtivas.

Quanto à formação humana integral e as práticas extensionistas, nos relatos se destaca a importância da Extensão para a formação omnilateral, criando condições que envolvem os estudantes nas dimensões trabalho, ciência, tecnologia e cultura, e também promovendo a autonomia dos estudantes num contexto que ultrapassa a segurança do ambiente institucional, ao mesmo tempo que os mantém seguros pela supervisão dos orientadores e professores.

Enfim, com a realização das entrevistas semiestruturadas, percebe-se que os estudantes experimentam práticas inovadoras, grandes descobertas e momentos de interação com a comunidade, que fazem parte da formação cidadã. Entre os estudantes extensionistas, a empatia e a sensibilidade com as questões que envolvem as outras pessoas se aprimoram e direcionam suas atitudes. Segundo eles, as experiências na participação em Projetos de Extensão são marcantes e transformadoras.

Em relação aos servidores, as respostas apresentadas poderão nortear práticas de gestão mais próximas das realidades locais, talvez alcançando melhores resultados. Os servidores, mesmo demonstrando contentamento com os resultados alcançados, também alertam para a necessidade de mais investimentos financeiros

para a Extensão e melhorias nas condições de trabalho, formação continuada para docentes e técnicos e, principalmente, de criação de estratégias para incentivo à participação dos servidores.

Portanto, podemos elencar alguns resultados alcançados com esta pesquisa: mapeamento da participação dos estudantes do IFAL em Projetos de Extensão no período de 2029 a 2025; descrição do investimento financeiro da Proex/IFAL, para Programas e Projetos de Extensão, no mesmo período; e levantamento da distribuição dos Projetos de Extensão realizados por áreas temáticas.

Além disso, essa pesquisa destacou o relevante papel da Extensão para a Educação Profissional e Tecnológica humana integral, que promova a autonomia e contribua para a emancipação das classes trabalhadoras e para a superação de uma relação de subordinação na sociedade.

Por outro lado, aponta para a necessidade de ampliarmos a discussão sobre a Extensão como dimensão formativa. Dialogar com a comunidade interna sobre a Extensão que queremos, institucionalmente, dialógica e emancipatória, centrada na troca de saberes acadêmicos e saberes populares, locais ou tradicionais.

Isto posto, espera-se que esta pesquisa promova reflexões sobre um currículo integrado, pautado em princípios filosóficos, epistemológicos e pedagógicos e na interdisciplinaridade e contextualização como condições básicas para uma educação de qualidade social e emancipatória e, sobretudo, que nessa construção de currículo a Extensão seja sempre reconhecida como parte do processo formativo dos estudantes. Enfim, pensar em um projeto político e pedagógico democrático, inclusivo e com base nos problemas sociais reais.

Além disso, que contribua para o aproveitamento, de forma sistêmica e institucionalizada, dos conhecimentos produzidos e das práticas desenvolvidas em Projetos de Extensão, para a formação integral dos estudantes do IFAL, para a melhoria na gestão da Extensão no IFAL e para a utilização de outros espaços formativos, dentro e fora da instituição, baseado no princípio da indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão, que se expressa na pedagogia dialógica na forma de práticas integradas.

Finalizando, esta pesquisa demonstrou potencial para futuro aprofundamento do tema e para a possibilidades de novas pesquisas, tendo a Extensão como tema central. Algumas falas nas entrevistas sugerem que

poderíamos investigar sobre a continuidade dos Projetos de Extensão; retorno para o Ensino e para a Pesquisa; os Programas Institucionais de Extensão, de forma comparativa ou o estudo de cada um deles de forma isolada; o fortalecimento da identidade institucional; outras atividades extensionistas como cursos e oficinas, eventos e prestação de serviço.

REFERÊNCIAS

ADUFC - Seção Sindical dos(as) Docentes das Universidades Federais do Estado do Ceará. Corte de 19,8 bilhões na Educação e redução drástica do fomento à pesquisa no orçamento de 2020, disponível em <https://www.adufc.org.br/2020/01/31/corte-de-198-bilhoes-na-educacao-e-reducao-drastica-do-fomento-a-pesquisa-no-orcamento-de-2020/>

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Traduzido por Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011

BRASIL. Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, que dispõe sobre a organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: [L3552](#)

BURNIER, Suzana. Histórias de vida de professores: o caso da educação profissional. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, p. 343-358, 2007.

ClAVATTA, M. A Formação Integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. In: **Revista Trabalho Necessário**, 2005.

COBERN, William W. **Construtivismo contextual**: O impacto da cultura na aprendizagem e no ensino de ciências. In: A prática do construtivismo no ensino de ciências . Routledge, 2012. p. 67-86.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?**. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015. 127 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, ed. 67, 256 p., 2019.

GADOTTI, Moacir. **Extensão Universitária**: Para quê?. Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em: [Extensão_Universitária_Para_quê_Moacir_Gadotti.pdf](#). Acesso em: 20 fev. 2025.

GEERTZ, Clifford. A. **Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, vol 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 9a edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. (Caderno 12)

IBIAPINA, Ivana Maria Lopes de Melo. **Pesquisa Colaborativa**: investigação, formação e produção de conhecimentos. Brasília: Líber Livro, 2008. 136p.

KUENZER, Acácia Zeneida e GRABOWSK, Gabriel. A produção do conhecimento no campo da educação profissional no regime de acumulação flexível. **Revista Holos**, Ano 32, Vol. 6, 2016, p. 22-32. Link para acesso: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4983/1566>

Ministério da Educação - MEC. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC. Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept>

MOREIRA, Marco Antonio. **A teoria da mediação de Vygotsky**. In Teorias de aprendizagem. São Paulo: EPU, 1999. p. 109-122

PINTO, Antônio Henrique. **Trabalho, ciência e cultura como princípio e fundamento da educação profissional**. In: FREITAS, R. C. O. (Orgs.). Repensando o PROEJA: concepções para a formação de educadores. Vitória: Editora IFES, 2011. p. 49-66.

RAAD, Ingrid Lilian Fuhr. As ideias de Vygotsky e o contexto escolar. **Rev. Psicopedagogia** 2016; 33(100): 98-102

RAMOS, Marise Nogueira. **História e Política da Educação Profissional**. Curitiba: Instituto. Federal do Paraná, 2014.

ROBLE, Odilon. **Escola e sociedade**. Curitiba, PR : IESDE Brasil, 2012. 1.ed., rev.

ROGERS, Carl Ransom. **Liberdade de Aprender em Nossa Década**. Tradução de José Octavio de Aguiar Abreu, supervisão de Nara P. Vieira. Edição: 2. ed. Publicação: Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007.

SACRISTAN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Trad. Lólio Lorenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

UNESCO. Declaração universal sobre a diversidade cultural. 2002.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **A formação social da mente: o desenvolvimento social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. Tradução de Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007

Apêndice A: Entrevista semiestruturada para estudantes bolsistas ou voluntários participantes em projetos de extensão.

Dados de identificação

Idade

Curso em que está matriculada/o no IFAL

1. O que levou você a participar no Projeto de Extensão?
2. Quais os impactos desta participação na sua vida?
Para uma melhor compreensão, responda cada aspecto separadamente:
 - a) vida acadêmica;
 - b) vida pessoal/familiar/social;
 - c) vida profissional;
 - d) outro(s).
3. Nas atividades do Projeto de Extensão em que participa, você desenvolveu algum conhecimento que possa relacionar com um ou mais conteúdos abordados em sala de aula? Qual(is)?
4. Participar no Projeto de Extensão, contribuiu para você adquirir conhecimentos e experiências relacionados à dinâmica da sociedade?

Apêndice B: Entrevista semiestruturada para servidores participantes em projetos de extensão.

Dados de identificação

Cargo

Formação acadêmica/área

Campus que atua

Tipo de participação

Coordenador/a de Extensão

Orientador/a de Projeto de Extensão

1. Qual o seu entendimento sobre formação humana integral?
2. A formação humana integral está inserida em Projetos de Extensão?
 Sim Não
Comente e se responder Sim indique em qual(is) ação(ões)
3. O que motiva a adesão dos estudantes para participação em em Projetos de Extensão?
4. Para a formação humana integral dos estudantes que participam dos Projetos de Extensão, é necessário a inserção de práticas sistematizadas? Quais?
5. Os espaços formativos, dentro e fora do IFAL, na perspectiva da formação humana integral, são suficientes (ou usados de modo adequado)?
 Sim Não
Comente e se marcar Não indique qual(is) espaço(s) poderiam ser acrescentados, ou melhor utilizados.
6. Considera que a participação dos estudantes em Projetos de Extensão, contribui para o entendimento de conteúdos abordados em sala de aula?
 Sim Não
Comente e se responder Sim indique em qual(is)